

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS**

BRUNA MOREIRAS URBINI

**PLANO DE BAIRRO E A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESPAÇO
URBANO: avaliação dos instrumentos de participação popular no Jardim
Lapenna – São Paulo/SP – Brasil**

São Paulo

2021

Bruna Moreiras Urbini

**PLANO DE BAIRRO E A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESPAÇO
URBANO: avaliação dos instrumentos de participação popular no Jardim
Lapenna – São Paulo/SP – Brasil**

**NEIGHBORHOOD PLAN AND THE DEMOCRATIC CONSTRUCTION OF URBAN
SPACE: evaluation of popular participation instruments in Jardim Lapenna -
São Paulo / SP - Brazil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis**

ORIENTADOR: PROF. DR. CRISTIANO
CAPELLANI QUARESMA

São Paulo

2021

Urbini, Bruna Moreiras.

Plano de bairro e a construção democrática do espaço urbano: avaliação dos instrumentos de participação popular no Jardim Lapenna – São Paulo/SP – Brasil. / Bruna Moreiras Urbini. 2021. 106 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2021.

Orientador (a): Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma.

1. Instrumentos de participação. 2. Espaço urbano e democracia. 3. Projeto de bairro. 4. Participação popular.

I. Quaresma, Cristiano Capellani. II. Título.

CDU 711.4

**PLANO DE BAIRRO E A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESPAÇO
URBANO: avaliação dos instrumentos de participação popular no Jardim
Lapenna – São Paulo/SP – Brasil**

Por

Bruna Moreiras Urbini

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Diego de Melo Conti – Universidade Católica de Campinas – PUC-Camp

Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Cintia Elisa Marino – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo, 29 de junho de 2021.

Dedico aos meus pais Paulo Urbini e Maria Alice Moreiras Urbini que sempre acreditaram e me fizeram ter forças para vencer.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu orientador Cristiano Quaresma que pacientemente trabalhou comigo durante todo o processo, agradeço também aos membros da banca e aos demais professores do programada de mestrado, tão importantes na minha formação. Além dos professores, os colegas e amigos que dividiram esse momento comigo, em especial a Mariana, a Maria, a Eidy, o Caio e o Romulo, que ao longo do curso compartilharam conhecimento e experiências.

Minha família que me apoiou desde o início, em especial a minha avó Marilene Urbini e a minha madrinha Andrea Moreiras, que participaram ativamente das discussões, aflições e realizações, ao longo desse percurso, cuidando para que todo o entorno estivesse em perfeita harmonia.

As minhas amigas que sempre torceram e estiveram ao meu lado, principalmente a Gisele Ghanem e a Fabiana Hubbe, que dividiram muitos finais de semana com almoços e jantas dedicados ao meu trabalho.

Por fim, agradeço ao meu namorado Leonardo Iani por todo suporte, por todo o companheirismo, por sempre estar ao meu lado me ajudando em todas as situações e conquistas.

RESUMO

O crescimento acelerado e desigual, que marcou o desenvolvimento das grandes e médias cidades brasileiras, não foi devidamente acompanhado pelo planejamento urbano, resultando em um estado de crise urbana, que afeta de maneira especial a população de mais baixa renda, a qual habita áreas periféricas onde há carência de infraestrutura e de serviços. Assim, surgem projetos participativos que procuram envolvimento social na criação do espaço urbano local, a exemplo do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, desenvolvido pelas Fundações Getúlio Vargas e Fundação Tide Setúbal, com objetivo de fortalecer uma organização comunitária atuante e efetiva, incentivar ações sustentáveis e assegurar infraestrutura adequada à população residente. Conforme o cronograma estabelecido, as mudanças esperadas deverão ocorrer até o ano de 2029.

Entretanto, analisando-se as bases bibliográficas, verificou-se que carecem de estudos que avaliem a eficácia do referido durante a sua elaboração e aplicação. Neste sentido, a presente dissertação analisará as contribuições do Plano de Bairro do Jardim Lapenna para a produção democrática do espaço urbano contemporâneo. Trata-se de um estudo exploratório e qualitativo, baseado em estudo de caso, utilizando o levantamento bibliográfico sobre o projeto participativo, análise documental, pesquisa de campo e entrevistas. Os resultados da presente pesquisa permitiram o melhor entendimento a respeito da eficácia do Plano em contribuir para a construção democrática do espaço urbano, como forma de melhorias a respeito da metodologia abordada. Além disso, espera-se que as análises apresentadas contribuam para a melhoria desse tipo de intervenção urbana.

Palavras-chaves: Instrumentos de participação; espaço urbano e democracia; projeto de bairro; participação popular.

ABSTRACT

The accelerated and uneven growth, in which the development of large and medium-sized Brazilian cities was shaped, was not appropriately accompanied by urban planning, resulting in a state of urban crisis, which affects, in a special way, the low-income population located in peripheral areas where there is a lack of infrastructure and services. In this context, participatory projects that encourage the improvement of the quality of life of this most affected population emerge. In this context, participatory projects that encourage the improvement in the creation of the local urban space emerge, an example of the Jardim Lapenna Neighborhood Plan, developed by the Getúlio Vargas Foundation and Tide Setúbal Foundation, meaning to strengthen an active and effective community organization, encourage sustainable actions and ensure adequate infrastructure for the resident population. According to the established schedule, the established changes are expected to occur by the year 2029.

However, bibliographic bases confirm that there is a lack of studies assessing the effectiveness of the aforementioned in ensuring the actual participation of the local population in the elaboration of it. In this sense, this dissertation will analyze the contributions of the Jardim Lapenna Neighborhood Plan to the democratic production of contemporary urban space. It is an exploratory and qualitative study, based on a case study and which will use bibliographic survey, document analysis, field research and interviews. It is expected that the results of the present research will allow a better understanding of the effectiveness of the referred Plan in contributing to the democratic construction of urban space, as a way of improving the methodology addressed. In addition, it is expected that the analysis to be presented will contribute to the improvement of this type of urban intervention.

Keywords: Instruments of participation; urban space and democracy; neighborhood project; popular participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigo 350 da Lei do Plano Diretor	20
Tabela 2 - Artigo 351 da Lei do Plano Diretor	21
Tabela 3 - Contagem de casas por quadra	39
Tabela 4 – Atividades promovidas no lançamento do Plano de Bairro	58
Tabela 5 – Temas das mesas na oficina de diagnóstico	59
Tabela 6 - Eventos Plano de Bairro 2018 - 2019	61
Tabela 7 - Entrevistas	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama explicativo da subdivisão das regiões	22
Figure 2- Imagem explicativa de numeração de quadros.....	38
Figure 3- Imagem ilustrativa do sorteio de casas	40
Figura 4– Ilustração da quarta categorização	43
Figura 5 – Localização da região	45
Figura 6– Localização do bairro	46
Figura 7– Mapa da vulnerabilidade social no bairro do Jardim Lapenna	47
Figura 8– Mapa: área mais vulnerável	49
Figura 9 – Mapa de equipamentos públicos.....	50
Figura 10- Sobreposição do Rio Tietê 1930 - 2017.....	52
Figura 11 - Mobilidade e alagamentos	53
Figura 12 - Casa no Jardim Lapenna	54
Figura 13 - Etapas de elaboração do plano de bairro	55
Figura 14 – Construção participativa do plano de bairro	56
Figura 15- Nuvem de Palavras das Entrevistas	65
Figura 16 – Região do bairro com forte vulnerabilidade social.....	67
Figura 17 – Envolvimento dos moradores com o bairro	70
Figura 18 e 19 - Áreas centrais do bairro	72
Figura 20 - Oficina Plano de Bairro Jardim Lapenna.....	73
Figura 21 - Entrevistas sobre o a efetividade do Plano de Bairro.....	78
Figura 22 – Ocupações irregulares no bairro	81
Figura 23 - Entrevistas sobre o processo de participação.....	84
Figura 24 - Códigos categorizados.....	97
Figura 25 - Códigos categorizados.....	98
Figura 26 - Códigos categorizados.....	99
Figura 27 - Códigos categorizados.....	100

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
OBJETIVOS	12
JUSTIFICATIVA	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Direito à Cidade, o Espaço Democrático e as Desigualdades	14
2.2 Planos de Bairro	18
2.3 Instrumentos de Participação	25
2.4 Espaço Urbano e Identidade	29
3. METODOLOGIA	34
3.1 Procedimentos Metodológicos	34
3.2 Área de Estudo: O Bairro do Jardim Lapenna	35
3.3 Descrição do Plano de Bairro	36
3.4 Entrevistas	36
3.4.1 Tipo de entrevista	36
3.4.2 Seleção da amostra dos moradores do Bairro	38
3.4.3 Entrevistas	41
3.5 Análise de Dados	42
4. RESULTADOS	45
4.1 O Jardim Lapenna	45
4.2. O Plano de Bairro	55

4.3 Os Instrumentos de Participação do Plano de Bairro do Jardim Lapenna	56
4.4. Resultado das Entrevistas	62
4.4.1. Perfil dos entrevistados	62
4.4.2. Percepções e significados atribuídos ao bairro pelos entrevistados	66
4.4.3. Percepções e significados dos entrevistados relativos ao plano de bairro	70
4.4.4. Percepção dos entrevistados sobre o processo de participação no Plano de Bairro	78
5. CONCLUSÃO	85

1. INTRODUÇÃO

As cidades devem ser planejadas e projetadas de modo a permitirem maior equidade para todos os seus habitantes. Entretanto, esta não se trata da realidade da maioria das áreas urbanas, especialmente daquelas que pertencem a países em desenvolvimento.

Desse modo, o crescimento acelerado e desigual, que marcou o processo de urbanização brasileiro, somado à ausência de planejamento, fez surgir cidades marcadas pela exclusão socioespacial e caracterizadas por más condições de infraestrutura, ocasionando um estado denominado como crise urbana (Quaresma et al., 2017).

Nesse contexto, insere-se a cidade de São Paulo, a qual se desenvolveu por meio de um processo equivocado de distribuição do uso e ocupação, caracterizado pela desigualdade e pela exclusão socioespacial, as quais afetam de forma mais direta a maior parte da sua população residente nas áreas periféricas.

Tem-se, portanto, uma cidade caracterizada por áreas centrais bem equipadas, com abundância de serviços públicos, facilidades de acessos e transporte público de melhor qualidade, e por áreas periféricas que carecem de todo tipo de infraestrutura e equipamentos urbanos e que concentram a maior parcela da população de baixa renda (QUARESMA et al., 2017).

Diante desse contexto, surgem ações baseadas em instrumentos participativos, a exemplo do Plano de Bairro, que se encontra previsto no Plano Diretor de São Paulo e que integra o Sistema de Planejamento deste Município. Tal instrumento incentiva o envolvimento social, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da parcela vulnerável da população e de construir um espaço urbano caracterizado por maior justiça social. Trata-se de um instrumento para planejar a cidade na escala local, cujo objetivo é reunir as demandas do bairro e, a partir delas, desenvolver uma estratégia de transformação a partir da iniciativa da sociedade civil com participação do poder público e do setor privado.

Insere-se, nessa discussão, o Plano de Bairro do Jardim Lapenna (PBJL), desenvolvido pela Fundação Tide Setubal e por meio de consultoria do Centro de Estudos e Pesquisa de São Paulo (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e

junto do bairro do Jardim Lapenna, no distrito de São Miguel Paulista, na Zona Leste do Município de São Paulo.

O Jardim Lapenna constitui-se de um território que se localiza entre o rio Tietê e a linha Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e que se tratava de um loteamento da família Lapenna, criado em 1965. As fronteiras bem definidas do bairro demonstram a sua separação física em relação ao restante da cidade, o que se pode perceber inclusive pelo fato de que, até o início do século XXI, a “única entrada para pedestres no bairro era um buraco no muro da CPTM” (Ruiz e Almeida, 2018).

Por se tratar de um território da cidade de São Paulo delimitado pela linha férrea mencionada, o Jardim Lapenna permaneceu, durante muitos anos, negligenciado pelo poder público, fato que pode ser observado por meio dos baixos indicadores sociais. Desse modo, com base no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2013, 16,3% da população da cidade de São Paulo encontrava-se classificada como de alta e muito alta vulnerabilidade. Esse percentual chegava a 6,5% da população do distrito de São Miguel Paulista e a 53,5% da população residente no Jardim Lapenna, o que comprova a precariedade das condições de vida nesta parte da cidade de São Paulo (Ruiz e Almeida, 2018).

Contudo, apesar do distanciamento por parte do poder público, o Jardim Lapenna se constituiu em espaço de mobilização social e que teve início com a atuação de primeiros moradores, os quais se engajaram como líderes comunitários, dando origem à Sociedade Amigos do Jardim Lapenna, no ano de 1981, e que passou a atrair outras instituições, a exemplo da Fundação Tide Setubal, que se instalou no bairro no ano de 2007, a partir de uma parceria de cogestão de um espaço educativo com a referida Sociedade (Ruiz e Almeida, 2018).

A atuação da Fundação Tide Setubal passou a ser fundamental ao processo de mobilização social e para a composição de um grupo de diversas organizações sociais e que se engajou em uma série de iniciativas com propósito de fortalecer a organização comunitária local em torno do instrumento participativo denominado Plano de Bairro do Jardim Lapenna – PB

O Plano de Bairro surge, portanto, como um instrumento pensado para a escala do bairro, com o objetivo de projetar e implementar ações relacionadas ao espaço público e proporcionar melhorias à qualidade de vida dos seus moradores.

Com a finalidade de atender às exigências legais inerentes ao Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, a saber, o de ser construído de modo participativo e de ser aprovado pelo Conselho de Representantes da Cidade, o PBJL se constituiu a partir da conjugação de três pilares: Mobilização social - por meio de ações que objetivavam ampliar a participação da população local nas propostas de construção do plano; parte técnica - com a participação efetiva da CEPESP-FGV, tendo a responsabilidade de organizar o documento técnico de sistematização das propostas; e articulação política - com envolvimento do poder público municipal representado pela subprefeitura, do poder legislativo e de secretarias municipais (Ruiz e Almeida, 2018)

O PBJL teve início em fevereiro de 2017, tendo como principal base a opinião e a garantia da participação popular. Com isso, o plano traz 48 ações de transformação para o bairro, organizadas em 4 desafios e 14 propostas (PBJL, 2019).

De acordo com o PBJL (2019), até o presente momento, o primeiro desafio foi concluído, a saber, o de fortalecer uma organização comunitária atuante e efetiva.

No entanto, apesar da importância do tema, caracterizado pelo quadro apresentado, verificou-se, por meio de pesquisa bibliográfica nas principais bases (Web Of Science, Scopus e Google Acadêmico), que ainda existe uma carência de estudos que permitam analisar a experiência adquirida por meio do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, de modo a entender os potenciais e desafios deste instrumento de participação para a produção de um espaço democrático e que seja caracterizado por maior justiça social na escala do bairro.

Diante disso, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa para o presente estudo: “Que experiências podem ser adquiridas por meio do Plano de Bairro do Jardim Lapenna em relação à construção democrática do espaço urbano na escala do bairro?”

OBJETIVOS

Analisar as contribuições do Plano de Bairro do Jardim Lapenna para a construção democrática do espaço urbano na escala local.

Objetivos Específicos

- Entender o processo e as características do uso e ocupação do Jardim Lapenna;
- Descrever o Plano de Bairro do Jardim Lapenna;
- Analisar os Instrumentos de participação popular utilizados e as questões teóricas que envolvem a discussão no âmbito do Plano de Bairro do Jardim Lapenna;
- Analisar se a população local se sente parte das iniciativas de intervenção realizadas no âmbito do Plano de Bairro do Jardim Lapenna.

JUSTIFICATIVA

Diante dos problemas urbanos atuais, caracterizados pela desigualdade socioespacial e pelas dificuldades impostas a grande parcela da população em ter garantias ao direito à cidade, uma série de iniciativas intervencionistas no espaço urbano surge como proposição de solução à melhoria desse cenário.

Dentre essas intervenções, destaca-se, no âmbito do presente estudo, o marco regulatório dos Planos de Bairro, que, se baseando em instrumentos de participação popular, visa contribuir para a construção de um espaço urbano democrático.

Para que as cidades e os bairros evoluam dentro de um planejamento que atenda às demandas populacionais, é necessário que o maior número de pessoas tenha voz ativa e participação nas decisões que envolvam o todo. Por isso, criar uma comunicação efetiva com a população é mais complexo que a simples formulação de questionamentos por especialistas e respostas diretas dos cidadãos.

Entretanto, a partir de revisão bibliográfica das principais bases (Web Of Science, Scopus e Google Acadêmico), verificou-se que ainda faltam estudos que permitam o melhor entendimento das contribuições de tal iniciativa para a efetiva produção democrática do espaço urbano. Nesse sentido, a presente dissertação se justifica, tendo em vista que busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna existente na produção acadêmica sobre o tema em estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direito à Cidade, o Espaço Democrático e as Desigualdades

Os centros urbanos que têm infraestrutura adequada acabam por marginalizar parte da população, por não conseguir atender às necessidades básicas de diferentes classes sociais. Conforme o dicionário Michaelis (2020) a democracia é dedicada aos interesses do povo, deve promover a igualdade entre os cidadãos e a participação popular.

Assim, o espaço urbano democrático é aquele dotado de urbanidade, que é civilizado, cortês e atende aos interesses coletivos de forma a garantir as melhores condições de habitabilidade possíveis para a população (RIBEIRO 2012).

Antigamente, o planejamento urbano moderno-funcionalista era o modelo tradicional e estava diretamente ligado à intervenção sobre a “crise”, instalando-se assim a “ordem” (MARCHI, 2017). O entendimento era que a cidade tinha um papel estritamente funcional e deveria ser composta por setores: residenciais, comerciais, industriais, etc. “Mais do que ordenar, a ideia era “matar a cidade”, ou seja, restringir a sociabilidade, transformando as ruas em simples locais de passagem.” (MARCHI, 2017, pag. 5).

Por consequência do mau funcionamento, há o declínio do modelo intervencionista, assim como do planejamento moderno-funcionalista, ambos ocorridos em razão do aprofundamento das políticas neoliberais nos anos 1980 e 1990 (MARCHI, 2017). O desenvolvimento do planejamento urbano com fundamento no “direito à cidade” ganha importância com a participação popular e a incorporação dos movimentos sociais (OLIVEIRA, LOPES E SOUSA, 2018). Os autores, de forma eloquente, expressam que:

A gestão democrática em uma sociedade com ampla diversidade e pluralidade requer a abrangência de múltiplos interesses, sendo apenas consideradas ou atingidas por meio do diálogo e da abertura governamental, em regra, as questões coletivas, além, é claro, da demanda da própria sociedade, ao exigir o direito de participar do processo de elaboração e aplicação das políticas públicas, algo possível de conseguir somente por meio de uma sociedade civil organizada e com cidadãos informados e mobilizados (OLIVEIRA, LOPES E SOUSA, 2018, pag. 327).

Nesse sentido, isso significa que deve ser um espaço vivo e utilizado por muitas pessoas de diferentes grupos (GEHL, 2013). A cidade se torna atrativa porque há vida, a simples presença de pessoas atrai outras pessoas, a cidade viva é como um

ponto de encontro entre diferentes grupos. E, para ser viva, a cidade precisa de variedade e complexidade na mistura entre lazer, atividades sociais e moradia (GEHL, 2013).

Essa vida nas ruas e nas cidades depende também de outro mix: entre espaços públicos e espaços privados que são abertos ao público, como restaurantes, shoppings, museus e o comércio em geral. É importante garantir a comunicação entre seu interior e seu exterior, que se relacionem entre si (VENTURA, 2016).

No entanto, segundo Jan Gehl (2013), qualidade não significa quantidade, ou seja, ruas vivas e cidades vivas não precisam de um grande número de transeuntes, mas de qualidade. Se em ruas pequenas estiver uma multidão, tal realidade não será agradável. Desse modo, os melhores espaços são aqueles que são bem utilizados pela população, sem a necessária aglomeração.

Dito isso, a busca por espaços públicos democráticos depende de diversos fatores, como foi visto, mas o principal é o planejamento. Nada obstante, vemos muitas cidades criando um plano que na prática não atinge os objetivos e acaba por gerar mais desigualdade e segregação.

“O tecido urbano perdeu em diversidade e conseqüentemente em qualidade de vida. O espraiamento e a segregação social são alguns dos aspectos que tornam o suporte urbano degradado.” (MARINO, 2018, pg. 38)

O Brasil, país emergente, viu o número da população de áreas urbanas crescer rapidamente, gerando inúmeros problemas pela falta de planejamento (MARICATO, 2015). Por isso, existe uma dualidade entre a cidade legal, ou seja:

“[...] obediência à lei, exigências urbanísticas e de acesso aos benefícios urbanos; e a cidade real, constituída de loteamentos irregulares e desequipados, da precariedade das favelas, cortiços, ocupações e dos moradores de rua.” (VERÁS, 2018, posição 476)

Dessa forma, as cidades viraram palco de grandes cenários de desigualdade social pautada pela segregação. “A segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade.” (VILLAÇA, 2011, pg. 37)

Para que haja uma compreensão do todo, de como elas são articuladas, é necessário entender o que cada uma significa. A desigualdade e a segregação podem

possuir inúmeros conceitos, mas a maioria deles se sustentam em relações sociais e interações estruturais (VERÁS, 2018).

É comum a desigualdade ser relacionada com a busca de igualdade de oportunidades, ou seja, se as pessoas tiverem numa corrida e todas saírem do mesmo ponto de partida, haveria uma igualdade para todos. Entretanto, ressalta que há desigualdade pautada em resultados também (ATKINSON, 2015).

Isso quer dizer que mesmo que as pessoas possuam as mesmas oportunidades, é possível que infortúnios e situações adversas aconteçam e levem as pessoas novamente à desigualdade por resultado desses adventos. No exemplo da corrida, haver um buraco na pista de alguém e inexistir tal problema em outras pistas, poderá alterar o resultado (ATKINSON, 2015).

As palavras de Maura Pardini Bicudo Verás (2018, posição 572) explicam como as desigualdades de oportunidade e resultado se relacionam com a urbanidade:

As desigualdades urbanas são produto da distribuição desigual de oportunidades sobre o mundo do trabalho, do acesso ao uso do solo urbanizado que depende das relações entre Estado e mercado e do estágio da acumulação de capital, hoje globalizado, sobre o ambiente construído, e, por sua vez, as contradições urbanas pesam sobre as configurações sociais, sobre reivindicações, formas de consciência e potencialidades de associação. Entende-se aqui, portanto, que a desigualdade social tem seu correlato territorial; a desigualdade é um fenômeno socioterritorial, é socialmente produzida e tem manifestações e articulações espaciais nítidas e, por sua vez, se alimenta delas.

Enquanto a desigualdade é a falta de equilíbrio, uma disparidade, a segregação é a dissociação em grupos iguais que estão em desequilíbrio com outros grupos por entenderem haver uma divergência. A segregação urbana, então, pode ser considerada um:

Certo grau de aproximação espacial ou de aglomeração territorial de um mesmo grupo social, seja em termos econômicos, de identidade de renda, ocupação, étnicos, etários, preferências religiosas, entre outras, são mais frequentemente analisadas do ponto de vista de efeitos socioeconômicos, dependendo das restrições do mercado aos segmentos de renda mais baixa, opção desses residentes. (VERÁS, 2018, posição 603)

Analisar a segregação por regiões da cidade, não somente por bairros ou microrregiões, já que:

“[...] a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a falta de cidadania” (MARICATO, 2003, pag. 153)

Isso porque a complexidade das informações, ligadas à economia, política e ideologias, apontam para processos sociais fundamentais do próprio sistema de segregação (VILLAÇA, 2011).

A forma mais tradicional de estudo da segregação urbana é aquela que aborda o centro versus periferia urbana. Essa forma raramente é apresentada como segregação nem é analisada sob essa óptica. Tem o mérito de não ser por bairro, mas por região urbana ou conjunto de bairros. Entretanto, limita-se fundamentalmente a uma descrição. As abordagens sob a óptica centro versus periferia, quando ultrapassam a descrição, limitam-se a denunciar a injustiça, não conseguindo explicar a segregação nem articular ao restante da estrutura urbana e da totalidade social (VILLAÇA, 2011).

Ressalta-se a importância de tratar a segregação urbana como um fator que gera desigualdades sociais, isso porque abrange dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos, como transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos e etc. (MARICATO, 2003)

A exclusão fica ainda mais evidente em regiões metropolitanas, isso porque as leis do mercado imobiliário privado têm poder para demarcar quais áreas são valorizadas e quais não são. Normalmente, os locais com a maior desvalorização são onde a população pobre se instala: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de risco, regiões poluídas ou até em área de proteção ambiental. (MARICATO, 2003)

Um exemplo disso é o bairro objeto desta pesquisa, Jardim Lapenna, localizado na região leste do município de São Paulo, que por ter habitações nas bordas do Rio Tietê sofre alagamentos constantes quando chove. Além disso, a área de mata ciliar, que deveria ser preservada, encontra-se completamente devastada, contrariando totalmente a legislação ambiental brasileira e Plano Diretor de São Paulo. (PBJL, 2019)

O Estado Brasileiro tem manifestado condescendência em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Inúmeros migrantes acabam por morar em locais irregulares, admitindo o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. E esse direito à ocupação só é tolerado quando não interfere nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. (MARICATO, 2003)

Automaticamente, cria-se “um ônus excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos.” (VILLAÇA, 2011, pg. 15) O espaço urbano foi construído pelo ser humano e seus meios de trabalho, as cidades não são obra da natureza (VILLAÇA, 2011).

Outra questão que favorece a segregação e desigualdades está diretamente ligada à configuração atual das cidades, onde regiões centrais são bem abastecidas e possuem boas condições de moradia versus regiões periféricas, que necessitam de estrutura e carecem de serviços, implica no atual estado de crise de mobilidade urbana existente nas principais cidades do país. (QUARESMA et al., 2017).

O sistema de transporte tem um papel fundamental como elemento da estrutura urbana. Atualmente, esse sistema é segregador, pois atua:

“[...] como um mecanismo espacial de controle dos tempos de deslocamento. Isso quer dizer, que a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer será afetada pelos meios de transporte utilizados. Não podendo atuar diretamente sobre o tempo, os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo.” (VILLAÇA, 2011, pg. 56)

O tempo despendido em deslocamento dentro no espaço de um ano pode chegar a 27 dias inteiros (MONTE, 2018). A imobilidade física contribui para a imobilidade social (ALVES, 2011). Os problemas de mobilidade atingem a todos, não apenas a usuários de automóveis. Na realidade, atinge em especial a população “que vive distante dos serviços e oportunidades oferecidos nas áreas centrais, e que muitas vezes não possui condições financeiras de se deslocar na escala metropolitana.” (MONTE, 2018, pg. 227).

O desenvolvimento urbano que inclui, exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o status de cidadania e produzir novas moradias para aqueles sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros (MARICATO, 2003).

2.2 Planos de Bairro

A primeira grande intervenção no solo urbano brasileiro foi em 1972 com a criação da Lei do Zoneamento, mas em São Paulo surge a primeira legislação específica somente no final da década de 1980. A cidade crescia desordenadamente e existia uma forte mobilização social por moradias. Com isso, foi enviada à Constituição de 1988 uma proposta de reformulação para Emenda Popular de

Reforma Urbana, resultando no capítulo de Política Urbana da Constituição. (FERNANDES, 2013).

Assim, a Lei do Zoneamento foi estruturada em três partes, a saber, o Plano Diretor, os Planos Regionais e os Planos de Bairros (MALTA, 2003).

O Plano Diretor consiste em uma legislação obrigatória para municípios com mais de vinte mil habitantes, o qual deverá conter as políticas de desenvolvimento da cidade. Nele, existem limitações e orientações relativamente à construção dos espaços urbanos e rurais, tanto para a iniciativa privada quanto para o poder público (FERNANDES, 2013).

O art. 3º da Lei de Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (nº 16.050/2014) reconhece que os Planos Regionais das Subprefeituras e Planos de Bairros também orientam o planejamento urbano municipal e seus objetivos, diretrizes e prioridades, juntamente com outras normas.

Já a lei nº 13.399/2002 dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo. Conforme o art. 3º a Administração Municipal, no âmbito das Subprefeituras, será exercida pelos Subprefeitos, a quem cabe a decisão, direção, gestão e o controle dos assuntos municipais em nível local.

De acordo com o art. 5ª, uma das atribuições das Subprefeituras é coordenar o Plano Regional e Plano de Bairro, distrital ou equivalente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estratégico da Cidade.

A Prefeitura terá a função de coordenar e fomentar a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Bairro na cidade e esses podem ser idealizados por associações de moradores ou pelas subprefeituras. Para passar a vigorar, os Planos de Bairro devem ser editados por decreto após aprovação pelos Conselhos de Representantes das Subprefeituras e debatidos pelo Conselho Municipal de Política Urbana (arts. 347 e 348 da lei nº 16.050/2014).

O art. 350 da Lei do Plano Diretor manifesta expressamente quais são os objetivos dos Planos de Bairro da seguinte maneira, conforme ilustra a tabela abaixo:

Art. 350. Os Planos de Bairro têm como objetivos:

Tabela 1 – Artigo 350 da Lei do Plano Diretor

I	II	III	IV	V	VI	VII
Articular as questões locais com as questões estruturais da cidade;	Fortalecer a economia local e estimular as oportunidades de trabalho;	Estabelecer diretrizes para a implantação de mobiliário urbano, padrões de piso e de equipamentos de infraestrutura, garantindo acessibilidade e mobilidade dos pedestres, sobretudo aqueles portadores de necessidades especiais;	Levantar as necessidades locais por equipamentos públicos, sociais e de lazer;	Relacionar as unidades de paisagem em que se ambientam, os equipamentos, políticas e projetos nos setores urbanos em que se inserem, considerando os planos setoriais no que se refere às questões físico-territoriais;	Identificar as manifestações artísticas e culturais, a fim de fomentar a preservação da memória dos bairros, as identidades culturais e geográficas, bem como apoiar a preservação do patrimônio imaterial;	Identificar o patrimônio ambiental local, propondo estratégias para sua conservação

Fonte: Desenvolvimento próprio

Além disso, o art. 351 expõe de forma elucidativa, conforme a tabela explicativa abaixo, o que poderá conter nos planos de bairro:

Tabela 2 - Artigo 351 da Lei do Plano Diretor

I	A infraestrutura de macrodrenagem e de iluminação pública;
II	A oferta e o funcionamento de equipamentos urbanos e sociais de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, entre outros, adequados às necessidades dos moradores de cada bairro;
III	A acessibilidade aos equipamentos urbanos e sociais públicos;
IV	Os passeios públicos, o mobiliário urbano e as condições de circulação de pedestres, ciclistas e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
V	A qualidade ambiental das áreas residenciais e comerciais
VI	O sistema viário local e o controle de tráfego;
VII	Os espaços de uso público e as áreas verdes, de lazer e de convivência social;
VIII	A conectividade entre os parques, praças e áreas verdes particulares;
IX	As condições do comércio de rua;
X	A limpeza, arborização e jardinagem de passeios, espaços e praças públicas;
XI	O manejo de resíduos sólidos, principalmente no tocante à coleta seletiva e compostagem local de resíduos orgânicos;
XII	As condições de segurança pública, em especial no entorno dos equipamentos educacionais;
XIII	A proteção, recuperação e valorização do patrimônio histórico, cultural, religioso e ambiental;
XIV	As condições para o desenvolvimento de atividades econômicas;
XV	Os espaços públicos adequados a encontros e à convivência social;
XVI	A sinalização para veículos e pedestres e adequação e proteção de pedestres nas principais esquinas e travessias;
XVII	A segurança na circulação de pedestres;
XVIII	A implantação de hortas urbanas;
XIX	Medidas para tornar o sistema viário o mais propício e seguro possível para a circulação de bicicletas, além de prever um sistema ciclovitário local, articulado com o sistema de transporte coletivo, áreas verdes e principais equipamentos urbanos e sociais.
Parágrafo único	O Plano de Bairro poderá indicar áreas necessárias para a implantação de equipamentos urbanos e sociais, espaços públicos, áreas verdes, vias locais novas e de gestão de resíduos sólidos, inclusive para cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Fonte: Desenvolvimento próprio

Os Planos de Bairros funcionam como um microssistema dentro de São Paulo, ao passo que é possível a criação de propostas de melhoria, especificamente para o bairro de forma independente de outros bairros e do plano diretor da cidade. No

entanto, é importante enfatizar que independência não significa insubordinação, tampouco desorganização. (ANTÔNIO, 2012)

“A construção de um território de direitos a partir do horizonte de transformação desejado implica, de partida, no reconhecimento de um percurso coletivo. ” (PBJL,2019, pg. 02). Ao considerar a opinião da maioria dos cidadãos em cada bairro da cidade, especialmente se estiver de acordo com o zoneamento e coerente com os objetivos do plano diretor, é plausível que as necessidades sejam compreendidas e sanadas sem que haja atropelamento das zonas e sobreposição de poderes (MALTA 2003).

É importante que o zoneamento da cidade seja respeitado pelos Planos de Bairros e as modificações por ele sugeridas, pois é por meio do zoneamento que a cidade está planejada para crescer. Ou seja, os problemas futuros também são mais previsíveis se forem respeitadas as zonas criadas pelo plano diretor.

O Plano Diretor divide a cidade da seguinte maneira, do centro da cidade até as áreas mais periféricas, conforme diagrama explicativo na Imagem 01. (MALTA 2003):

Figura 1- Diagrama explicativo da subdivisão das regiões



Fonte: Desenvolvimento Próprio

Cada região tem suas peculiaridades, que devem ser respeitadas, tanto geograficamente quanto cultural e historicamente. Para haver melhoria no ambiente urbano que a população vive é fundamental entendermos o estilo de vida das pessoas que lá habitam, ouvir o que a população tem a dizer e criar mudanças a partir desses dados já obtidos (MALTA, 2003).

A vivência da população local não deve ser subestimada, pois quem norteará modificações é a própria população.

“O bairro que se mobiliza pelos direitos compreende os novos desafios e dispõe de instrumentos de transformações que o Plano de Bairro é capaz de mobilizar. Assim, o território de direitos é capaz de organizar a ação coletiva, construir e revisar suas agendas e priorizar demandas.” (PBJL, 2019, pg. 39).

Isso quer dizer que não existe uma fórmula correta de realizar melhorias que simplesmente tornarão as vidas dessas pessoas mais fáceis e práticas, até porque acontecem transformações ao longo dos anos nos bairros (MALTA, 2003).

É significativo o número de bairros de São Paulo que há anos foram periféricos e hoje são centrais por causa do crescimento do território da cidade (MALTA, 2003). Conseqüentemente, essas mudanças atingem os Planejamentos de Bairros e a forma da população se relacionar com seu entorno. O estilo de vida daquela população também sofrerá alterações, bem como o mercado imobiliário da região, acesso aos meios de transporte e outros fatores.

O mercado imobiliário pode alterar significativamente a relação dos moradores com o bairro, seja de forma orgânica de mudança gradual, ou seja, pelo mercado econômico. A título de exemplo, Candido Malta (2003, pg. 58) cita:

“O estilo de vida em um bairro, o ambiente em que ele oferece aos cidadãos, pode ser resultado apenas do que quer um mercado imobiliário sem regras ou com regras desobedecidas, ou então resultado de regras que nós, cidadãos, queríamos colocar para direcioná-lo em nosso benefício.”

Assim, os Planos de Bairro devem ser feitos levando em consideração o mercado imobiliário, os planos de transporte, habitação, uso do solo e todos os itens do art. 351 do Plano Diretor de São Paulo. Caso contrário, não são elaborados de forma adequada, principalmente se não houver qualidade técnica e orientação, simplesmente os Planos poderão ficar tão capengas que não serão úteis à população, gerando desaprovação em massa. (MALTA, 2003)

“É muito importante debater os parâmetros urbanísticos da legislação em vigor para verificar se os níveis de exigência correspondem às aspirações da comunidade.” (MALTA, 2003, pg. 112)

A crítica à falta de metodologia da Prefeitura para definir parâmetros e objetivos dos Planos de Bairros, que a época exigia dos cidadãos um diagnóstico completo dos problemas, passando praticamente a responsabilidade para população. (MALTA, 2003).

A complementação entre aprofundamento da visão do cidadão leigo e a visão de profissionais, que em conjunto podem captar o estilo de vida e as possibilidades de desenvolvimento do bairro (MALTA, 2003). O trabalho de pesquisa, estudo e aplicação em conjunto seria infalível, mas não é bem isso que é percebido desde então.

Já era evidente que “a viabilidade concreta dessas transformações dependeria dos estudos a serem feitos.” (MALTA, 2003, pg. 141) Mesmo após surgirem muitos estudos a respeito da implantação dos Planos de Bairros em São Paulo, pouco se evoluiu na implantação e sucesso desses.

Desde 2002, quando foi implantado os Planos de Bairros no Plano Diretor participativo do município de São Paulo, poucos foram apresentados e menos ainda foram efetivados. Hoje, quase 20 anos depois, apenas o Plano do Jardim Lapenna está conseguindo sair do papel e ser implantado. Conforme explica o documento do plano de bairro, o modelo sugerido pelas Fundações Tide Setúbal e Getúlio Vargas propuseram uma maior participação pública da população local o que tornou a implantação mais fácil e efetiva.

O Plano de Bairro se torna essencial para a construção de um território de direitos, pois apresenta as prioridades definidas pela população de forma participativa. Seu percurso tem fortalecido a participação numa nova dimensão, estruturando um colegiado com as lideranças comunitárias e sociais do bairro. (PBJL, 2019).

Igualmente, o Plano de Bairro tem veiculado a mobilização social entendendo o percurso como um pensar-participar-fazer, executando ações de forma direta enquanto se articula o plano ao interior das lideranças e em relação à cidade e sua macro política, sendo necessário um trabalho conjunto entre a sociedade e os desenvolvedores do plano. (PBJL, 2019).

2.3 Instrumentos de Participação

Atualmente, há uma busca pela democratização das relações Estado-sociedade e pela ampliação da participação da sociedade civil e da população na gestão pública (FREY, 2020). A nossa Constituição dispõe de duas formas de participação popular.

A participação representativa, que é feita por meio de voto direto, universal, secreto e obrigatório, tem como escopo a representação por meio de pessoas eleitas para tomar decisões na esfera pública em nosso nome. Já na participação direta, os indivíduos se manifestam sobre interesses da coletividade, podendo participar de plebiscitos, referendos e iniciativas populares (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

É importante que realmente exista uma participação representativa, ou seja, da população, porque o voto por si só não basta para que os interesses da maioria dos cidadãos sejam contemplados no processo decisório (FREITAS 2012). Sabemos que as elites detêm um poder maior nas decisões. Resta, então, contar com a capacidade de mobilização e pressão dos cidadãos, o que pressupõe uma organização prévia e eficaz (FREITAS 2012).

Nossos gestores públicos devem se preocupar em gerar interações entre os diversos atores sociais. Interações, estas, imprescindíveis para lidar com a diversidade, com a dinâmica e com a complexidade que caracterizam as transformações urbanas (FREY, 2007).

“As cidades, além de serem talvez a maior invenção da inteligência humana, não se afiguram como mero palco no qual as relações sociais acontecem, sendo, também, responsáveis por modelar a própria interação social.” (LEITE; LEVY, 2020, sem página).

Isso impacta diretamente na política de desenvolvimento urbano, porque os cidadãos brasileiros dispõem de poucos instrumentos de mediação com o poder público. Quando se trata dos moradores das periferias, é mais perceptível ainda a ineficácia na comunicação, especialmente os que vivem longe dos bairros centrais e em condições mais precárias. (VIALLI, 2017)

Por isso é tão importante dar voz à população. A gestão democrática da cidade é garantida por meio de instrumentos de participação social, como pode-se perceber nos art. 319 e 322 do Plano Diretor da cidade de São Paulo:

Art. 319. **O Sistema Municipal de Planejamento Urbano será implementado pelos órgãos da Prefeitura, assegurando a participação direta da população em todas as fases de planejamento e gestão democrática da cidade e garantindo as instâncias e instrumentos necessários para efetivação da participação da sociedade na tomada de decisões, controle e avaliação da política**, sendo composto por:

I - órgãos públicos;

II - sistema municipal de informação;

III - instâncias e instrumentos de participação social. (destacou-se)

Art. 322. **A participação dos munícipes em todo processo de planejamento e gestão da cidade será baseada na plena informação**, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, garantindo a transparência, acesso à informação, a participação e os preceitos da gestão democrática. (destacou-se)

Há previsão de instâncias de participação popular no desenvolvimento do Plano Diretor por meio da Conferência Municipal da Cidade de São Paulo e do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU).

Conforme o art. 327 do Plano Diretor, o CMPU é um dos órgãos colegiados integrantes da estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução.

É previsto no §1º do art. 327 sua composição com 60 (sessenta) membros titulares e respectivos suplentes, sendo que 34 (trinta e quatro) membros da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma:

- a) 8 (oito) membros oriundos do Conselho Participativo Municipal ou do Conselho de Representantes, um de cada macrorregião, de acordo com a divisão utilizada pelo Executivo;
- b) 4 (quatro) membros representantes dos movimentos de moradia;
- c) 4 (quatro) membros representantes de associações de bairros;
- d) 4 (quatro) membros representantes do setor empresarial, sendo no mínimo 1 (um) da indústria, 1 (um) do comércio e 1 (um) de serviços;
- e) 1 (um) membro representante dos trabalhadores, por suas entidades sindicais;
- f) 1 (um) membro de ONGs;
- g) 1 (um) membro de entidades profissionais;
- h) 2 (dois) membros de entidades acadêmicas e de pesquisa;
- i) 2 (dois) membros representantes de movimentos ambientalistas;
- j) 1 (um) membro representante de movimentos de mobilidade urbana;
- k) 1 (um) membro representante de movimentos culturais;
- l) 1 (um) membro representante de entidades religiosas;
- m) 1 (um) membro escolhido dentre os representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES;
- n) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos - CPOP;
- o) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT;

p) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Habitação - CMH.

Por se tratar de nomeação, é provável que a variedade de pessoas de camadas sociais diferentes, de opiniões divergentes e etnias diversas sejam minoria. Engajar o cidadão comum e fazê-lo participar ativamente: questionando sua rotina, melhorias que poderiam ser feitas, o que já está bom e entender por que é essencial a visão do leigo em meio a “tantos especialistas” (PBJL, 2019)

O §1º do art. 238 indica que as reuniões do CPMU são abertas para a população e a documentação decorrente das reuniões deverá ser publicada no portal eletrônico da Prefeitura no prazo de 15 (quinze) dias após a sua realização.

Ainda assim, o número de munícipes que realmente acompanha e compreende as reuniões e quase nulo. Mesmo as decisões do Conselho sendo tão importantes, atingindo diretamente aos bairros, é pouco o número de adesão populacional.

O CPMU é de interesse dos bairros, pois uma de suas atribuições é apreciar, para envio ao Executivo, os Planos de Bairro, desde que tenham sido aprovados pelo respectivo Conselho (Art. 329, XV – Lei nº 13.430/2002), por isso tão importante.

Para serem aprovados, os conteúdos do Plano de Bairro deverão ser elaborados a partir das seguintes diretrizes, conforme o Art. 349:

- I - identificação de diferentes demandas urbanas, sociais e ambientais a partir de:
 - a) pesquisas de campo realizadas junto aos moradores dos bairros;
 - b) análises de dados secundários produzidos por diferentes órgãos de pesquisa;
 - c) análises de estudos existentes;
- II – utilização de metodologias participativas nas diferentes etapas de elaboração;
- III – utilização de abordagens interdisciplinares.

A pesquisa de campo e análise de dados juntamente com – e com mesmo peso – métodos de abordagem interdisciplinares e de participação são necessários na construção de planos e estratégias de longo prazo, pois esses devem ser capazes de lidar com o aumento da população global e a expansão das cidades (GLAESER, 2011) (BAPTISTA; BENTO; CONTI; GHOBRIEL, 2018).

A pesquisa de campo se torna essencial na medida em que:

“[...] o cidadão pertence a uma comunidade política e atua diretamente, ou seja, vai além de gozar de seus direitos. A lógica envolve um sentido social que é diferente das medidas de provisão de Estado. A dimensão do agir compreende a participação, decisão e gestão direta do que é ‘posto em comum’ (MARINO, 2018, pg. 38).

Nessa mesma linha, a utilização de abordagens e métodos participativos democratiza as tomadas de decisões de prioridades nos bairros, já que são trazidas pela população. Há um princípio de humanizar e criar uma participação popular. Ao contrário do que vem acontecendo na maioria das cidades contemporâneas capitalistas, onde os espaços públicos são construídos por meios oficiais, sendo assim, ficando cada vez mais empobrecidos de diversidade, voltados para o consumo e circulação territorial. (MARINO, 2018)

Os mecanismos e ferramentas de planejamento urbano participativos são um instrumento importante para o desenvolvimento de cidades inclusivas, democráticas e sustentáveis (Maricato, 2000; Fitzgerald et al., 2012). (BAPTISTA; BENTO; CONTI; GHOBRIIL, 2018) Não obstante, esse processo de aumento da participação não impediu a elaboração de muitos planos alienados da realidade, ineficazes, tecnocráticos e, por vezes, até autoritários (Cordovil & Rodrigues, 2010; Villaça, 1999) (OLIVEIRA, LOPES E SOUSA, 2018).

Por isso, as metodologias escolhidas devem incentivar a participação popular de forma efetiva e também estar adequadas à realidade dos bairros a serem aplicadas, pois devem garantir a colaboração da sociedade em todas as etapas, identificando as demandas urbanas, sociais e ambientais dos moradores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

Cada região tem suas próprias características, como perfil demográfico, histórico de mobilização social ou região geográfica, conseqüentemente, os meios de organização e participação popular devem ser adaptados. As periferias e as regiões centrais socialmente desassistidas são as que têm a maior necessidade de representatividade. (VIALLI, 2017).

A utilização dos diferentes mecanismos de planejamento pode garantir perenidade às cidades, permitindo a resolução de conflitos em seu território e um maior equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente (Stigt et al., 2013; Maricato, 2015) (BAPTISTA; BENTO; CONTI; GHOBRIIL, 2018).

O ambiente democrático é, assim, o melhor espaço para produzir esse efeito desejado, pois no processo de aprendizagem social, no contexto da cooperação, há maior potencial para propiciar a emergência de uma esfera pública de proponentes que podem introduzir suas hipóteses, convicções e intuições, sem constrangimentos e com direitos iguais. (LEITE; LEVY, 2020)

Na missão de fomentar iniciativas que promovam a justiça social, o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas e a luta pela diminuição de desigualdades socioespaciais surgiu a Fundação Tide Setúbal. Por ser uma organização não governamental, trabalha na articulação de diversos agentes da sociedade civil, de instituições de pesquisa, do Estado e do mercado.

E o bairro Jardim Lapenna é um caso que se destaca, bem como citou o coordenador de projetos da Fundação Tide Setubal, José Luiz Adeve, que o primeiro momento de mobilização no Jardim Lapenna realizou-se pela educação e pela saúde, que foi bem-sucedido graças a uma grande vocação solidária no bairro. (VIALLI, 2017)

2.4 Espaço Urbano e Identidade

O processo de construção de identidade, seja individual ou seja de uma população, depende de diversos fatores como a cultura local, a família, o ambiente e outros.

“O lugar tem um significado para o indivíduo que o incorpora à própria identidade. Na construção da identidade, existem dimensões e características do entorno físico, que são incorporadas pelo sujeito por meio da interação com o ambiente.” (ARCARO, GONÇALVES, 2012, pg. 40).

“O sujeito age sobre o meio, modifica-o e, neste processo, vai deixando sua marca e sendo igualmente marcado por ele” (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006, pg. 145). Um espaço territorialidade é aquele construído pelas pessoas, por meio de ações, mas também considerando a sua passividade, a sua não – ação. O espaço é o palco que serve de sustentáculo para as ações, mas ao mesmo tempo ele interfere, possibilitando, impedindo ou facilitando estas ações – o espaço é um território vivo. (CALLAI, 2004).

É interessante entender as relações que as pessoas vão construindo com o ambiente.

“Isto se dá na medida em que as transformações do meio pelo homem são resultantes de necessidades subjetivas, de emoções, de expectativas, em suma, de vivências que vão fazendo parte da história pessoal do sujeito.” (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006, pg. 145).

As ações sobre o espaço territorializado se constituem em atos cognitivos, materiais e investimento emocional.

O que preenche a identidade como marca da cidade é memória, o social, e a cultura. Mas é também particular/singular, que são os sentimentos, os valores, que vão sendo inscritos no espaço e nos vão educando (CALLAI, 2004). Buscar a identidade é procurar compreender o entrelaçar das falas e conceitos que dão forma aos espaços. (SILVA, 2013)

Entende-se, então, que identidade é uma construção social, seja coletiva ou individual. Com base em áreas distintas como história, arquitetura, geografia, biologia, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (GRINOVER, 2006)

O conjunto desses conhecimentos constituem a base da identidade social urbana, que considera e integra a compreensão dos vários conceitos como os de:

[...] identidade de lugar, que contempla a construção da identidade do sujeito relacionada a aspectos mais individuais; identidade social, que leva em conta a importância do grupo ou dos aspectos sociais na constituição da identidade; teoria da categorização social, quando o entorno pode ser considerado uma categoria social através da qual o sujeito se define; identidade urbana, quando explica que este entorno significativo pode ser um espaço urbano (Lalli, 1988, citado por Valera & Pol, 1994) e comunidade simbólica, através da qual se compreende que o espaço vivido é definido por meio de processos de simbolização, ou construção de significados associados ao espaço, e realizado dentro da interação social (Hunter, 1987, citado por Moreno & Pol, 1999).” (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006, pg. 146).

Dentre os conceitos citados, a identificação urbana tem relação direta com a construção democrática do espaço urbano, isso porque implica no sentimento de bem-estar e de familiaridade do sujeito com o seu entorno. Isso ocorre quando o indivíduo se insere num lugar geográfico e o espaço indefinido passa a ser importante para o sujeito que o vivencia. (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006).

A necessidade humana de criar raízes faz com que a população sinta que há uma conexão com o local, “e que este lhe pertence, mesmo que dele não tenha a posse legal.” (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006, pg. 145). O sentimento de posse é essencial para formar a identidade, pois é uma busca de segurança através da ligação com o lugar. (ARCARO, GONÇALVES, 2012)

O sentimento de possuir e gerir um espaço por uso habitual ou por identificação é conhecido como apropriação. A apropriação, relacionada ao espaço, é o mecanismo que permite ao sujeito sentir que tem o domínio de um lugar, que pode arrumá-lo, reestruturá-lo, construindo ali algo com o qual se identifique, um *chez soi*, ou seja, o seu lugar (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006).

Além do sentimento de apropriação é essencial criar um sentimento de pertencimento, pois a partir do desejo de pertencer a uma cidade, a um grupo, a um espaço ou a uma “tribo”, movimentos sociais e ações culturais foram impulsionadas pelas populações locais. (GRINOVER, 2006). As memórias afetivas e os planos baseados em fatores emocionais determinam e interferem nas escolhas.

A motivação de cada cidadão para permanecer (e pertencer) à cidade é diferente, as pessoas têm objetivos diferentes, por mais que coabitem o mesmo espaço-tempo geográfico-histórico. O tempo e o espaço podem determinar as características de determinadas populações ao darem coordenadas básicas da “representação”, cujos meios a escrita, a pintura, o desenho, a fotografia, traduzem seu objetivo em dimensões espaciais e temporais. (GRINOVER, 2006)

Supostamente, de um ponto de vista antropológico, as formas ou os modelos culturais, que constituem as diferenças, se estenderam aos modos de pensar, de sentir, de agir. (GRINOVER, 2006) Através da cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma ou de outra forma, podem perceber os laços que os indivíduos tramam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente e à natureza. (CALLAI, 2004)

No entanto, o fenômeno conhecido como “homogeneização cultural” vê as diferenças culturais, que até então definiam a “identidade”, reduzidas a uma linguagem internacional cada vez mais padrão, em cujos termos todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. (GRINOVER, 2006)

Essa homogeneização seria conhecida como “tradução”, enquanto a cultura local como “tradição”. As identidades culturais que estão emergindo em toda parte não são “fixas”, estão em “transição”, retiram seus conteúdos a partir de diferentes tradições culturais, e são produtos cada vez mais comuns no mundo urbano globalizado. (GRINOVER, 2006)

Com isso, por vezes, fica difícil criar o sentimento de pertencimento e apropriação pelas pessoas, pois falta o elemento da tradição que está se dissipando

pela globalização. Ao passo que isso facilitou o acesso de algumas regiões à tecnologia, também deixa claro que há determinados grupos que ainda são excluídos.

A acessibilidade à cultura, à informação, à escola e cursos, ao lazer e outros, viria a atender a um certo tipo de direito da população e até a um desejo à cidadania, fundamentalmente. Lucio Grinover (2006) entende que a essência da cidade:

“[...] é justamente o estímulo à aproximação entre seus habitantes, o que cria as condições para a interação social e define o espaço urbano como público, acessível, lugar das diferenças, da heterogeneidade. Uma boa qualidade de vida, e, portanto, de hospitalidade, é condição para o desenvolvimento urbano e é uma condição estratégica da cidade.” (GRINOVER, 2006, pg. 38)

Ao nível do senso comum e, por vezes, até de senso comum científico, julgam os pobres como responsáveis pelos problemas advindos da situação e posição de classe dos sujeitos que vivem nesses territórios.

“Essa representação social dos territórios onde vivem as classes populares está marcada por uma valoração absolutamente negativa. O sentido que une a representação social dos dois censos comum à dinâmica da relação encontrada entre espaço e identidade social das classes populares está no processo de precarização das condições de trabalho associado à degradação dos espaços onde vivem esses sujeitos.” (MARZULOS, 2005, pg. 284)

Parece redundante afirmar que as pessoas têm apreço por locais limpos, de bela arquitetura, bem planejados e abastecidos de serviços públicos e privados. No entanto, se faz necessário reafirmar que o cidadão vai-se relacionar e criar raízes mais facilmente com locais que dispõem de beleza e funcionalidade.

“Há uma tendência da evolução urbanística que procura melhorar o conforto de quem vive no espaço urbano, em simultâneo com reorganizações do espaço para ceder posição a novos lugares, que correspondem a demanda da ampliação de espaços de atividades empresariais, ou inclusão de novos, ao sabor do desenvolvimento, dos movimentos da economia e sociedade, na dinâmica capitalista, transformando as cidades a uma velocidade vertiginosa.” (CARDOSO, COSTA, CURA, VIANA, QUEIROZ, 2017, pg.85)

Existe uma comunicação entre a cidade e um cidadão, que elabora percursos absolutamente subjetivos e imprevisíveis.

“Por exemplo, eu posso preferir determinadas ruas em determinadas horas do dia, razão pela qual escolho meus itinerários urbanos, não somente em termos vantajosos quanto à rapidez dos movimentos, mas também pelo fluxo emotivo que se libera quando atravesso essas ruas e não outras” (GRINOVER, 2006, pg. 43).

Enfim, a identidade é uma construção colaborativa entre local e sociedade, entre o ser que se sente apropriado e pertencente ao local e a cidade com estrutura que gera com mais facilidade esses sentimentos nos cidadãos.

3. METODOLOGIA

3.1 Procedimentos Metodológicos

Com base no objetivo geral, a metodologia adotada na presente dissertação pode ser classificada como exploratória (Calado, 2018; Seltiz, Wrightsmann e Cook, 1967; Gil e Vergara, 2015; Severino, 2017), tendo em vista que procura proporcionar maior familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito, a fim de se constituir hipóteses, bem como para o aprimoramento de ideias ou para a descoberta de intuições. De acordo com Cooper e Schindler (2008), estudos de ordem exploratória produzem estruturas soltas com o objetivo de tornar claros os conceitos e delinear o problema de pesquisa, de modo a permitir o desenvolvimento de hipóteses para pesquisas futuras.

Em relação à abordagem, o presente estudo pode ser classificado como qualitativo, pois pretende-se basear em método de investigação científica que produz dados a partir de observações extraídas do objeto analisado e que visa estabelecer interação direta para compreensão das particularidades do fenômeno estudado (Yin, 2015). Stake (2016) expõe que a pesquisa científica qualitativa se trata daquela em que a experiência pessoal, a intuição e o ceticismo atuam juntos, para ajudar a aperfeiçoar as teorias e os experimentos.

Com relação aos procedimentos, o presente estudo se utilizará do Estudo de Caso, o qual, segundo Bauer e Gaskell (2017); Severino (2017) e Yin (2015), deve envolver o planejamento, bem como técnicas de coleta e análise de dados. De acordo com os referidos autores, o Estudo de Caso pode utilizar-se de seis fontes potenciais de informação, dentre as quais, podem ser citados os documentos, registros, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Em relação aos instrumentos técnicos utilizados, serão adotados o levantamento bibliográfico e a pesquisa em campo.

Para o levantamento bibliográfico, o presente estudo se baseia em revisão do tipo narrativa, não sistemática e qualitativa (CORDEIRO, 2007), com objetivo de apresentar o estado da arte dos temas inerentes ao presente estudo.

Com relação ao Estudo de Caso, adotou-se, na presente dissertação, o bairro do Jardim Lapenna, localizado na Zona Leste da capital paulista. Tal escolha se deve ao fato de que, desde a implantação dos Planos de Bairros no Plano Diretor Municipal

de São Paulo, o bairro do Jardim Lapenna foi o único que conseguiu desenvolver o referido plano de forma participativa, isto é, levando em consideração a participação pública popular, e está seguindo, desde 2017, com a implantação do plano.

3.2 Área de Estudo: O Bairro do Jardim Lapenna

O Jardim Lapenna constitui-se em um território que se localiza entre o rio Tietê e a linha Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e cujo terreno era um loteamento da família Lapenna, criado em 1965. As fronteiras bem definidas do bairro demonstram a separação física desse em relação ao restante da cidade, o que se pode perceber, inclusive, pelo fato de que, até o início do século XXI, a “única entrada para pedestres no bairro era um buraco no muro da CPTM” (Ruiz e Almeida, 2018).

Por se tratar de um território da cidade de São Paulo delimitado pela linha férrea mencionada, o Jardim Lapenna permaneceu, durante muitos anos, negligenciado pelo poder público, fato que pode ser observado por meio dos péssimos indicadores sociais. Deste modo, com base no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2013, 16,3% da população da cidade de São Paulo encontrava-se classificada como de alta e muito alta vulnerabilidade. Esse percentual chegava a 6,5% da população do distrito de São Miguel Paulista e a 53,5% da população residente no Jardim Lapenna, o que comprova a precariedade das condições de vida nesta parte da cidade de São Paulo (Ruiz e Almeida, 2018).

Esse quadro se agrava diante do crescimento acelerado da população absoluta do bairro, a qual, devido à proximidade da estação de Trem Metropolitano, passou de 5 mil para 12 mil habitantes entre os anos de 2000 e 2017, respectivamente (PBJL, 2019).

Tal aumento na densidade populacional, somado às características de uso e ocupação de áreas de várzea, resultou na ocorrência de sérios problemas socioambientais, a exemplo da falta de coleta de esgoto e ao acesso à água tratada, bem como do aumento da ocorrência de alagamentos e dos elevados índices de vulnerabilidade (PBJL, 2019).

Contudo, apesar do distanciamento por parte do poder público, o Jardim Lapenna se constituiu em espaço de mobilização social e que teve início com a

atuação de primeiros moradores, os quais se engajaram como líderes comunitários, dando origem à Sociedade Amigos do Jardim Lapenna, no ano de 1981, e que passou a atrair outras instituições, a exemplo da Fundação Tide Setubal, que se instalou no bairro no ano de 2007, a partir de uma parceria de cogestão de um espaço educativo com a referida Sociedade (Ruiz e Almeida, 2018).

Assim, o bairro se destaca por ampla presença de instituições da sociedade civil, bem como pelas lutas sociais que contribuíram para a conquista de equipamentos públicos, a exemplo de uma Unidade Básica de Saúde, duas creches, uma escola estadual, um ponto de leitura e um Centro de Criança e Adolescente (PBJL, 2019).

3.3 Descrição do Plano de Bairro

Para a realização do segundo e do terceiro objetivos específicos, a saber, “Descrever o Plano de Bairro do Jardim Lapenna” e “Descrever os Instrumentos de participação popular utilizados e as questões teóricas que envolvem a discussão no âmbito do Plano de Bairro do Jardim Lapenna”, respectivamente, serão realizadas análise documental, com base na publicação 2979 da Fundação Tide Setubal e intitulada como “Plano de Bairro Território Lapenna: o bairro que queremos” (PBJL, 2019).

Os resultados obtidos a partir dessa análise documental foram enriquecidos por meio da realização de estudos de campo, para fins de reconhecimento e para fins de comparação com as informações constantes na referida publicação, além disso, também foram realizadas entrevistas com um profissional da Fundação Tide Setubal e um pesquisador da área que possui conhecimentos desejáveis a respeito do objeto de estudo aqui tratado. Tais entrevistas contribuíram para o refinamento da descrição do Plano de Bairro e dos instrumentos de participação utilizados, conforme objetivos mencionados.

3.4 Entrevistas

3.4.1 Tipo de entrevista

Baseando-se em Carvalho (2018), as entrevistas partiram da lógica da valorização dos atores sociais presentes na realidade do Bairro em estudo, ou seja, dos moradores do Jardim Lapenna, e dos responsáveis pela redação e/ou implantação do plano, considerando-os como protagonistas, detentores de informação e experiências. Nesse sentido, a investigação foi baseada no paradigma fenomenológico-interpretativo, uma vez que, de acordo com a referida autora, tal paradigma serve-se, preferencialmente, de métodos qualitativos, apropriados para captar e analisar as dimensões subjetivas da realidade.

De acordo com Quivy e Campenhout (2008), a observação se trata de uma das etapas da investigação, podendo ser definida como um conjunto de ações, por meio das quais se torna possível o teste de hipóteses e conceitos, bem como o confronto destes dois com a realidade observável no local em estudo. De acordo com os referidos autores, os procedimentos de observação são cruciais no processo de investigação. Nesse sentido, é possível distinguir dois tipos de observação, a saber, a direta e a indireta. Na primeira delas, o observador faz a recolha da informação de forma direta, por meio de indicadores, não sendo, portanto, necessária a interpelação dos sujeitos. No caso da observação indireta, o investigador deve-se dirigir aos sujeitos, com a finalidade de recolher as informações, dependendo, portanto, da vivência de outros atores, além da figura do investigador.

Levando-se em consideração os objetivos da presente dissertação, os quais se baseiam na percepção dos moradores do Jardim Lapenna juntamente com a percepção dos responsáveis, optou-se pela investigação indireta, posto que será necessária a abordagem com esses.

Com relação à técnica empregada, adotou-se a entrevista, a qual, segundo Carvalho (2018), permite um contato mais direto e pessoal com os entrevistados, diferentemente da realização de um inquérito por meio de questionário.

A entrevista, de acordo com Amado (2014), pode ser classificada de diferentes modos, dentre os quais, a estruturada ou diretiva, a semiestruturada ou semidiretiva, a não estruturada ou não diretiva, e a informal ou conversação.

Levando-se em consideração tais possibilidades, bem como os objetivos do presente estudo, optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, que parte do pressuposto da elaboração de um guia com perguntas orientadas, essencialmente ligadas aos objetivos da investigação.

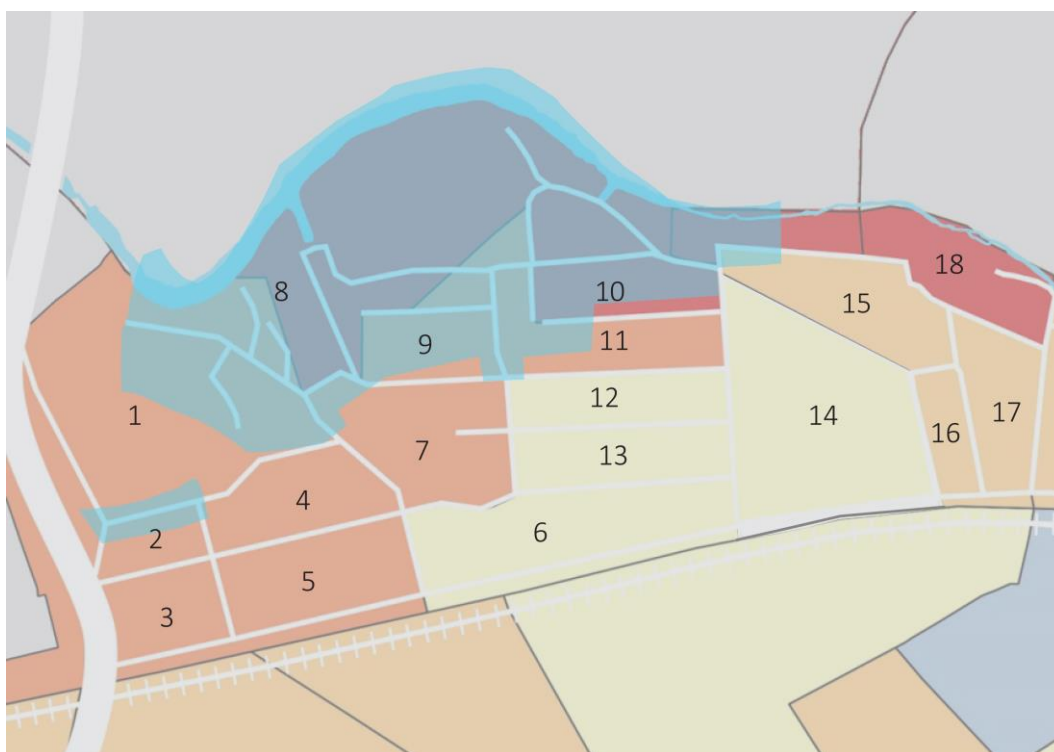
Outro ponto importante em relação a este tipo de entrevista é do fato de permitir certo grau de flexibilidade, posto que, segundo Carvalho (2018), possibilita integrar novas questões que possam-se revelar pertinentes ao estudo. Tal flexibilidade, no entanto, deve-se limitar ao controle dos objetivos do estudo.

3.4.2 Seleção da amostra dos moradores do Bairro

De acordo com Carvalho (2018), em um estudo qualitativo, a amostra deve basear-se na diversidade, almejando abarcar o maior número possível de situações.

Sendo assim, a seleção dos moradores para a realização das entrevistas seguiu a metodologia adotada por Chiaravalloti Neto, Moraes e Fernandes (1998), segundo a qual inicia-se com o levantamento do número de quadras e casas do bairro, conforme mostra a figura 02.

Figure 2- Imagem explicativa de numeração de quadras



Fonte: Desenvolvimento Próprio

Diante do atual quadro de Pandemia, foi necessário juntar as quadras em grupos de quadras, de modo que cada grupo contemplasse 3 quadras, resultando em um total de 6 (seis) grupos.

Para cada um dos grupos, foi levantado o número total de casas existentes, seguindo-se com a elaboração de um croqui, com a atribuição de um número específico para cada grupo. Tais dados foram tabulados de modo a permitirem a disposição das informações de cada quadra com os respectivos números de casas e o número de casas acumulado.

Tendo a finalidade de abarcar toda a extensão do Bairro, decidiu-se pelo sorteio de uma casa por grupo de quadras, resultando assim em um total de 6 casas para fins de realização das entrevistas, conforme tabela 1, cujos critérios serão apresentados adiante.

Tabela 3 - Contagem de casas por quadra

QUADRA	GRUPOS	CASAS	SORTEIO
1	1	63	1
2		13	
3		22	
4	2	37	1
5		34	
6		42	
7	3	31	
8		154	1
9		60	
10	4	52	
11		46	1
12		52	
13	5	36	
14		48	
15		60	1
16	6	34	
17		58	
18		102	1
TOTAIS:		944	6

Fonte: Desenvolvimento Próprio

Com o auxílio do software Google Earth Pro, foram identificadas e numeradas as casas pertencentes às quadras sorteadas. Após tal atividade, dentro de cada uma

destas quadras, foi sorteada, seguindo o princípio da aleatoriedade, 01 (uma) casa, permitindo à presente dissertação, a seleção de um grupo composto por 06 (seis) domicílios. Na sequência, entrou-se em contato com os respectivos moradores para aplicação das entrevistas. A figura 03 é uma imagem ilustrativa da distribuição espacial dos domicílios selecionados.

Figure 3 - Imagem ilustrativa do sorteio de casas



Fonte: Desenvolvimento Próprio

Como pode ser observado, por meio da figura 03, a metodologia de seleção adotada permitiu uma boa distribuição espacial dos domicílios consultados

Além desses, foram entrevistados uma funcionária da Fundação Tide Setubal (Denominada por F01), que possui importante participação na efetivação do Plano de Bairro; e um professor pesquisador (Denominado por P01), que tem estudado os Planos de Bairros e suas aplicações.

3.4.3 Entrevistas

Considerando o rápido crescimento e a urbanização precoce durante o processo histórico do surgimento do bairro Jardim Lapenna, as problemáticas associadas e os objetivos do presente estudo, as perguntas das entrevistas foram elaboradas em quatro blocos, sendo o primeiro voltado à definição do perfil do entrevistado, contemplando questões relativas à Idade; Grau de Instrução; Portador ou não de Deficiência Física; Tempo de Moradia no Bairro; Se o bem familiar é próprio ou não; Se trabalha e se estuda no bairro.

O segundo bloco de questões visa apreender as percepções e os significados que os moradores do Jardim Lapenna atribuem ao seu bairro (Carvalho, 2018). Nesse sentido, as questões se voltam para a identificação das razões que levaram os indivíduos a habitar aquele bairro; para a identificação dos elementos de valorização e/ou desvalorização relativamente ao bairro; e para a identificação das expectativas/anseios dos moradores entrevistados em relação à vida no bairro.

O terceiro bloco de perguntas visa captar as percepções e os significados que os Moradores do Jardim Lapenna atribuem ao Plano de Bairro; identificar, com base nas visões dos moradores, os elementos de valorização e/ou desvalorização relativamente ao Plano de Bairro; Identificar as expectativas de seus habitantes quanto aos possíveis impactos do referido Plano de Bairro.

O quarto bloco de perguntas foca na percepção sobre a participação dos moradores na elaboração do Plano de Bairro. Para isso, as perguntas irão basear-se nas representações dos moradores, contemplando elementos tais como: lembranças antes da intervenção; visão atual dos moradores; se o morador se sente participante ou excludente do processo; se o morador participou de alguma reunião, audiência ou evento e respondeu a alguma pesquisa de opinião, questionário ou etc. Caso a resposta seja afirmativa, as perguntas investigaram se a procura em participar partiu do próprio entrevistado, e, caso seja negativa, as perguntas visam investigar se esse tentou participar e o que o impediu de fazê-lo, (Carvalho, 2018).

Destaca-se que o sentimento de apropriação, de acordo com Grinover (2006), é essencial para a criação de um sentimento de pertencimento. Assim, acredita-se que o roteiro baseado no pertencimento dessa população com o bairro e, posteriormente, com o plano, trará o resultado esperado.

Essa observação direta da dinâmica do bairro ocorreu nos meses iniciais do ano de 2021, e foram analisadas com a população residente e diretamente afetada pelas ações inerentes ao plano.

O roteiro de perguntas tem como fundamentação a importância da visão do morador local sobre a democracia e participação efetiva na construção do plano de bairro, bem como na busca pelo pertencimento no desenvolvimento do bairro enquanto espaço público.

A comparação entre os dados coletados durante o processo de análise documental e a opinião popular retirada das entrevistas com os moradores do bairro juntamente com os profissionais da área trouxeram o resultado esperado, respondendo assim à pergunta de pesquisa.

Os roteiros de perguntas utilizados encontram-se nos Anexos, página 89, 90, 91, 92, 93 e 94.

3.5 Análise de Dados

O diagnóstico dos dados foi feito por meio do tratamento e da análise de conteúdo, conforme proposto pela Bardin (2011). Esse tipo de análise consiste na formação de procedimentos categóricos sistemáticos para o estudo de todos os dados coletados, selecionando as partes unificadas, e respondendo, assim, a pergunta de pesquisa. Esse tipo de análise categorial é a melhor alternativa quando se quer verificar crenças, opiniões, atitudes e valores por meio de dados qualitativos. Assim, foi possível a retirada de forma separada dos fragmentos importantes das pesquisas bibliográficas, juntamente com partes das entrevistas dos moradores do Bairro do Jardim Lapenna.

Seguindo o formato sugerido por Bardin (2011), a primeira categorização se dá por meio de uma pré-análise, em que foi lida e estudada a parte técnica, as leis e normas municipais relacionadas ao tema.

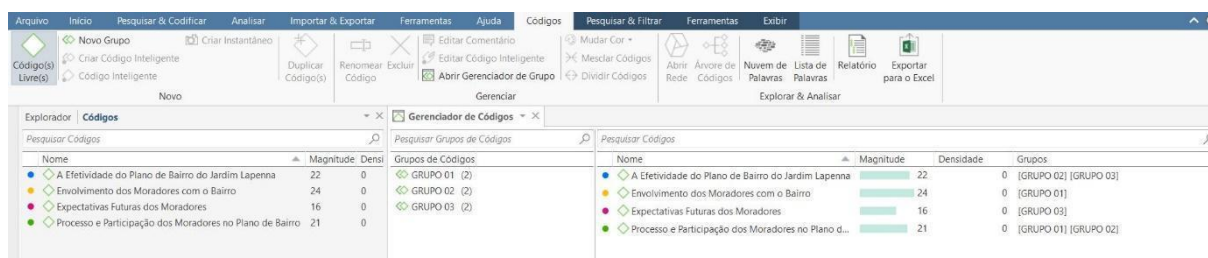
A segunda categorização é a divisão dos documentos e autores estudados no capítulo de revisão de literatura, análise da parte importante e dos critérios estudados pré-estabelecidos anteriormente.

Na terceira categorização foi feita a transcrição das entrevistas, juntamente com a preparação para a próxima etapa. Dessa forma, foi realizada a codificação dos entrevistados, e a divisão de frases e palavras-chave.

“A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI, 1969, p.94).

Já na quarta categorização, iniciou-se a parte da exploração dos materiais. Inicialmente, foi utilizado o software ATLAS.ti, para a análise das entrevistas. Assim, foram criadas as categorias dentro do próprio software, conforme ilustra a figura 04.

Figura 4 – Ilustração da quarta categorização



Fonte: Desenvolvimento próprio – Atlas Ti

O software ATLAS.ti 9, conforme ilustrado na figura 04, é uma ferramenta útil para a análise de pesquisas qualitativas, à medida que permite codificar, analisar e identificar relações, muitas vezes difíceis de serem realizadas somente com a leitura do texto (Atlas Ti, site oficial do produto).

Para a utilização do referido software, foram adotadas algumas ações: a) inserção do conteúdo das transcrições; b) criação das citações e criação de comentários a respeito das citações; c) criação de códigos; d) categorização dos códigos; d) associação dos trechos das entrevistas com os códigos criados no item anterior. Anexas nas páginas 95, 96, 97 e 98, temos as imagens 24, 25, 26 e 27 que ilustram esses grupos de códigos categorizados contendo as citações.

Conforme mostram as imagens 24, 25, 26 e 27, os grupos foram categorizados conforme a metodologia adotada, após a criação dessas categorias, foi possível iniciar o tratamento de dados. Nas figuras, é possível observar que existiu uma compilação de informações que facilitou a análise das entrevistas, para que, assim, ficasse mais eficaz a análise dos conteúdos.

As entrevistas feitas com os (6) seis moradores selecionados foram analisadas separadamente e, logo após, comparadas, no intuito de compreender como foi o processo de idealização e implementação do Plano de Bairro para cada um deles. Posteriormente, foi pensado como unificar e/ou comunicar trechos e formas de ações e pensamentos dos moradores de forma sistemática.

Além das entrevistas com os moradores, conforme mencionado anteriormente, também foram realizadas entrevistas com uma funcionária da Fundação Tide Setubal e com um professor pesquisador e que foi redator do Plano de Bairro pela Fundação Getúlio Vargas.

Os resultados dessas duas entrevistas foram direcionados para se obter o maior número de informações e esclarecimentos sobre como foi o processo de criação, desenvolvimento e implantação do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, permitindo assim atender aos objetivos específicos de números dois e três

O passo seguinte foi realizar a comparação dos processos internos e das percepções de cada um dos envolvidos, sejam eles moradores ou profissionais da área. Com isso, é possível entender se as impressões da população estão de acordo com os estudos e planejamentos feitos pelos profissionais da área.

4. RESULTADOS

4.1 O Jardim Lapenna

Seguindo o objetivo desta pesquisa, foi realizado um estudo de caso no bairro em questão, o Jardim Lapenna, localizado na Zona Leste do município de São Paulo, no distrito de São Miguel Paulista.

O Jardim Lapenna, conforme figura 05, constitui-se em um território que se localiza entre o rio Tietê e a linha Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). As fronteiras bem definidas do bairro demonstram a sua separação física em relação ao restante da cidade, (Ruiz e Almeida, 2018).

Figura 5 – Localização da região



Fonte: Desenvolvimento próprio

Conforme ilustra figura 05, o bairro do Jardim Lapenna está localizado na porção sudeste do Brasil, no Estado e município de São Paulo, mais precisamente na Zona Leste da Capital paulistana.

Já com a figura 06 é possível o entendimento do entorno imediato do bairro do Jardim Lapenna, circulado em rosa no mapa, com seus principais acessos demarcados: em amarelo temos o principal acesso ao bairro, pela Rodovia Ayrton Senna, seguido pela alça de acesso à Av. Jacu Pêssego, representada em laranja, em azul foi representada a linha de acesso do trem.

Figura 6 – Localização do bairro

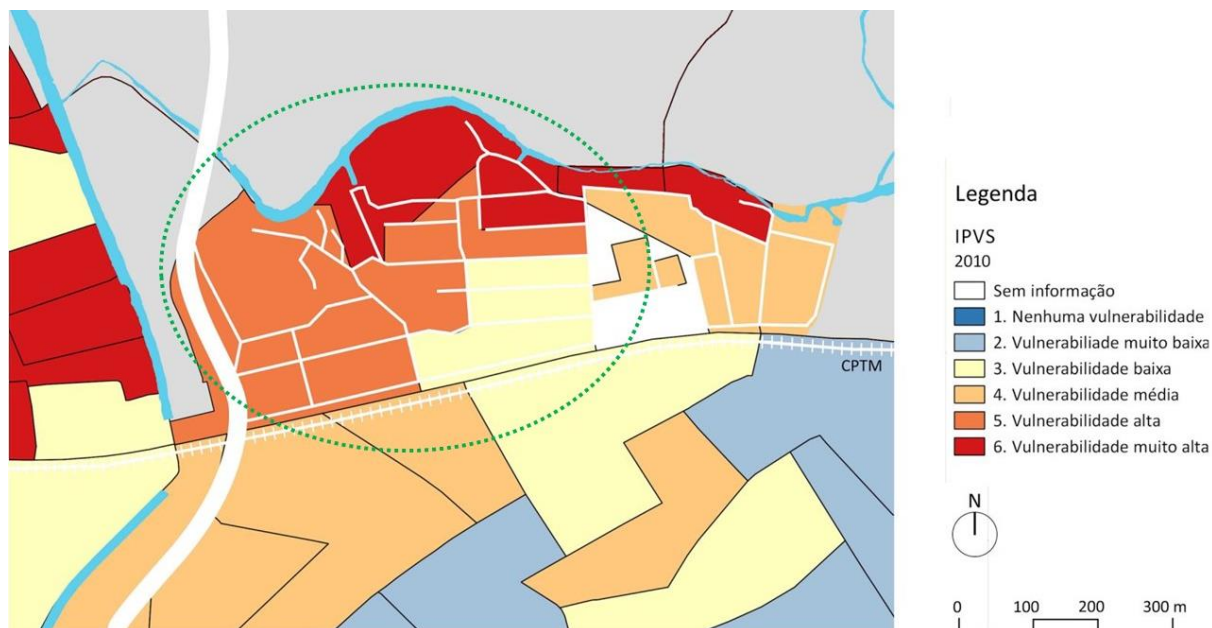


Fonte: Desenvolvimento próprio

Por se tratar de um território da cidade de São Paulo delimitado pela linha férrea e conforme a figura 06, o Jardim Lapenna permaneceu, durante muitos anos, negligenciado pelo poder público, fato que pode ser observado por meio dos péssimos indicadores sociais. Deste modo, com base no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2013, 16,3% da população da cidade de São Paulo encontrava-se classificada como de alta e muito alta vulnerabilidade. Este percentual chegava a 6,5% da população do distrito de São Miguel Paulista e a 53,5% da população residente no Jardim Lapenna, o que comprova a precariedade das condições de vida nesta parte da cidade de São Paulo (Ruiz e Almeida, 2018).

A figura 07 ilustra a distribuição espacial das classes de vulnerabilidade social, com base no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Figura 7 – Mapa da vulnerabilidade social no bairro do Jardim Lapenna



Fonte: PBJL, 2019

Conforme ilustrado pela figura 07, pode-se perceber o predomínio das classes de vulnerabilidade muito alta (cor vermelha) e de vulnerabilidade alta e média (cores laranja escuro e laranja claro, respectivamente). Poucas áreas encontram-se na classe de vulnerabilidade baixa (cor amarela).

Esse quadro de vulnerabilidade foi agravado pelo crescimento acelerado da população absoluta, iniciado na década de 1930, com o crescimento do adensamento populacional no entorno das linhas férreas, uma vez que o centro consolidado de São Paulo já estava saturado e com o valor da terra elevado. Soma-se a este fato a instalação da Companhia Petroquímica Brasileira e do Grupo Votorantim, em 1937, que impulsionaram ainda mais as migrações para o território do Lapenna. (Nascimento, 2010).

Um outro fator marcante na urbanização do Lapenna, que aumentou consideravelmente a população da região foi a remoção da Favela Nair, para o prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego. Deste modo, a população que já morava nos entornos do bairro e diante das áreas disponíveis da várzea do Rio Tietê, realizou o processo de uso e ocupação na região sem o devido planejamento, o que agravou a situação existente (PBJL, 2019).

O aumento na migração da população, principalmente de baixa renda, tem resultado em uma intensa dinâmica de crescimento demográfico, de modo que, entre os anos de 2013 e 2019 a população absoluta do bairro teve um acréscimo de 5,4% ao ano, correspondendo a 350% da taxa de crescimento para o município de São Paulo, que apresentou, para o mesmo período, um crescimento de 1,2% de sua população absoluta (IBGE, Censos 2000).

O aumento nas taxas de crescimento populacional pode ser também identificado por meio do aquecimento do mercado imobiliário, especialmente o informal, com base na avaliação técnica apresentada pelo PBJL (2019), conforme segue:

“A leitura qualitativa, realizada por meio de entrevistas e percursos no bairro (relatados no relatório 2 – Lapenna desde dentro) indica um mercado imobiliário informal bastante expressivo e porções do bairro passando por um processo de verticalização. Os aluguéis em áreas de ocupação recente (e precária) apontam para valores entre R \$200 e R \$700 para um cômodo com banheiro. Ao mesmo tempo, o comércio de materiais de construção denota uma atividade intensa.” (PBJL, 2019, pg. 24)

Justamente por conta das barreiras físicas apontadas anteriormente, o bairro acaba por ter um crescimento em áreas com forte vulnerabilidade socioambiental, especialmente em áreas de encostas e da várzea fluvial do rio Tietê.

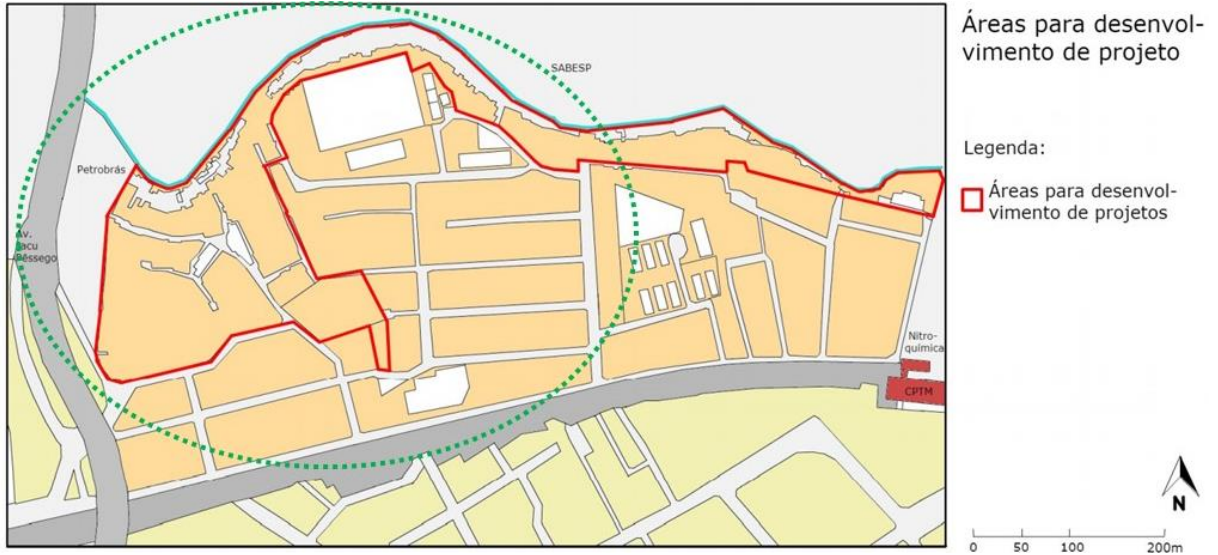
De acordo com Ruiz e Almeida (2018), o bairro, desde seu surgimento como loteamento da família Lapenna em 1965, contava com dificuldade de acesso. E segundo os mesmos autores, até o início do século XXI, a “única entrada para pedestres no bairro era um buraco no muro da CPTM”.

Esta questão de dificuldade de acesso continua no presente já que:

“Estes limites definem espacialmente o Bairro Jardim Lapenna, configurando-o como uma unidade física e social contida dentro de barreiras muito precisas. Essas barreiras resultam em apenas três formas de acesso ao bairro: a pé pela passarela sobre a linha do trem; por meio da estação São Miguel Paulista da CPTM (porém esse acesso é fechado entre meia noite e 4h40); ou de carro e a pé através da entrada do ligamento viário da avenida Jacu Pêssego.” (PBJL, 2019, pg. 14)

Com relação ao uso e ocupação do solo, de acordo com o PBJL (2019), o território do Lapenna se caracteriza por muitas informalidades. Entretanto, o bairro possui uma ocupação bastante diversificada, sendo a região mais central e antiga, com residências consolidadas e baixa vulnerabilidade social, e que se contrapõe às áreas mais próximas do rio Tietê, que concentram as moradias de maior condição de precariedade, conforme figura 08.

Figura 8 – Mapa: área mais vulnerável



Fonte: PBJL, 2019

Na figura 08, observa-se o destaque do contorno na cor vermelha, correspondendo às áreas para o desenvolvimento de projetos sociais, pois se trata da região, hoje, mais vulnerável e precária.

Com relação aos equipamentos públicos, com base no PBJL (2019), constatou-se que o bairro do Jardim Lapenna conta com um total de seis equipamentos públicos importantes, sendo eles: Uma Unidade Básica de Saúde (UBS), dois Centros de Educação Infantil (CEI), uma Escola Estadual Professor Pedro Moreira Matos conforme figura 09.

Figura 9 – Mapa de equipamentos públicos



Fonte: PBJL, 2019

Tais equipamentos, ilustrados na figura 09, tratam-se de conquistas importantes por parte da população do bairro, que, apesar do distanciamento por parte do poder público, o Jardim Lapenna se constituiu em espaço de mobilização social e que teve início com a atuação de seus primeiros moradores, os quais se engajaram como líderes comunitários, dando origem à Sociedade Amigos do Jardim Lapenna no ano de 1981, e que passou a atrair outras instituições, a exemplo da Fundação Tide Setubal, que se instalou no bairro no ano de 2007, a partir de uma parceria de cogestão de um espaço educativo com a referida Sociedade (Ruiz e Almeida, 2018).

Ainda de acordo com os referidos autores:

“ As mobilizações do Jardim Lapenna têm um histórico de conquistas importantes: somente na última década, esses processos conseguiram a vinda de um caminhão de pequeno porte para a coleta de lixo nas vielas, dois centros de educação infantil (CEI), uma UBS, coleta de parte do saneamento básico por meio de coletor tronco e um acesso ao bairro pela estação São Miguel da CPTM, acesso este que não constava do projeto original da nova estação. Todas essas conquistas foram advindas de processos de mobilização social, nos quais instituições locais estavam presentes juntamente com os moradores – nesses casos, em particular, houve participação da Fundação Tide Setubal e da Sociedade Amigos do Jardim Lapenna “ (Ruiz e Almeida, 2018, p. 227).

Entretanto, apesar da oferta destes serviços públicos, pelo que se pôde constatar, atualmente seus entornos encontram-se precários e deficientes. Além disso, muitos desses equipamentos já não suportam as demandas atuais, geradas pelo acréscimo populacional acelerado, conforme mencionado anteriormente.

Em relação ao sistema viário, é possível constatar a partir da análise documental, com base no PBJL (2019) e das atividades de campo, que a localização do Lapenna é considerada privilegiada pelo fácil acesso ao centro do município de São Paulo, tendo em vista que o bairro conta com a estação da CPTM São Miguel Paulista, e com o acesso a importantes avenidas do sistema viário da Zona Leste da cidade, tais como a rodovia Ayrton Senna, as avenidas Jacu Pêssego e Assis Ribeiro. Além disso, possui pontos de ônibus que fazem a interligação com bairros próximos.

Entretanto, é possível destacar que, internamente, o bairro não possui nenhum sistema de transporte, sendo necessário que todos os deslocamentos sejam realizados a pé, por bicicletas ou por veículos automotores particulares.

Por meio da atividade de campo, foi possível verificar a nítida confusão no trânsito, em que a população divide as ruas entre carros, bicicletas e pedestres. Além disso, quem mora nas regiões mais distantes, e precisa fazer alguns trajetos até a outra extremidade do bairro, ou até São Miguel (bairro vizinho), precisa-se deslocar de veículo automotor, ou fazer uma longa caminhada, o que torna ainda mais difícil a vida da população local.

Durante as entrevistas, alguns dos moradores entrevistados relataram que o Plano de Bairro possui propostas para a criação de uma linha de ônibus interna, o que seria fundamental para solucionar esse problema da mobilidade interna.

Essa realidade da precariedade da mobilidade urbana no bairro também se verifica nas más condições de trafegabilidade das calçadas existentes e na ausência de ciclovias. Tais fatos implicam em maior número de pedestres se deslocando nas ruas, disputando espaço com os carros e correndo riscos de sofrerem acidentes e riscos de vida

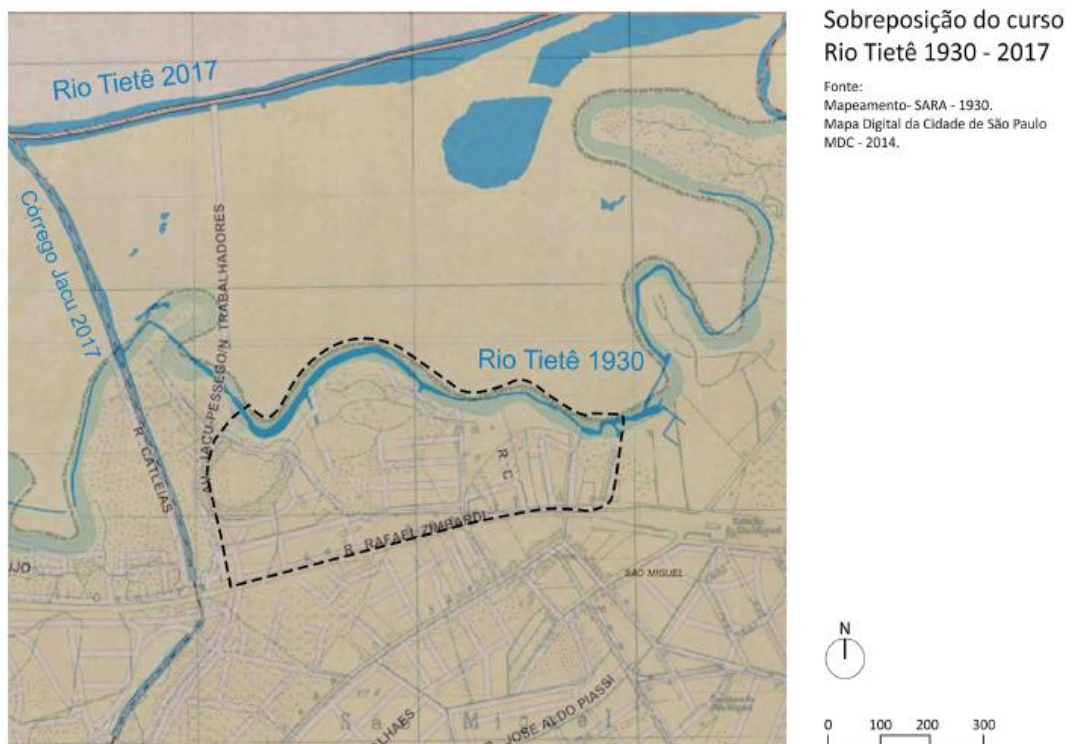
Torna-se importante mencionar que problemas de mobilidade física, como os observados no bairro, implicam em imobilidade socioeconômica, (Sposito, 2013), tendo em vista que as populações de mais baixa renda e de piores condições de vulnerabilidade enfrentam os obstáculos impostos pelo espaço geográfico na sua tentativa de se reinserir economicamente na sociedade urbana (Quaresma et al., 2017). Desse modo, as más condições de infraestrutura urbana aprofundam as desigualdades socioespaciais historicamente existentes.

Os problemas de mobilidade urbana e as más condições de qualidade de vida da população do bairro são agravados diante dos frequentes episódios de alagamentos, resultantes do processo equivocado de uso e ocupação da área e sem

ações devidas de planejamento. Desse modo, gerou-se um quadro caracterizado pelas ocupações informais nas áreas de várzea do rio e por uma paisagem de total remoção da mata-ciliar protetora e que se constituía em uma importante barreira natural de controle das inundações urbanas no bairro. (Ruiz e Almeida, 2018).

Outro ponto que responde pelas inundações urbanas e que agrava os efeitos dessas sobre a população em piores condições de vulnerabilidade, trata-se da alteração do curso do canal fluvial do rio Tietê, conforme figura 10.

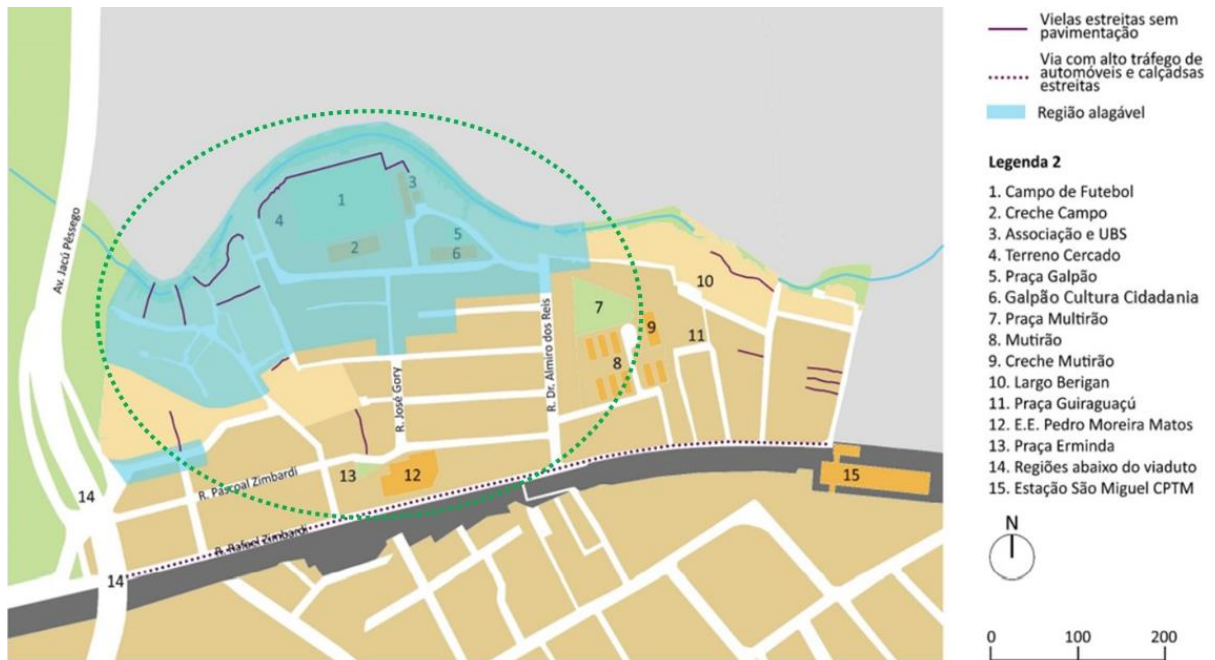
Figura 10- Sobreposição do Rio Tietê 1930 - 2017



Fonte: PBJL, 2019

Conforme pode ser observado por meio da figura 10, houve alteração significativa do curso do rio Tietê, sendo que, em 1930, o rio apresentava um padrão fluvial meandrante, e que em 2017, apresenta-se com um padrão retilíneo. A mudança de curso do rio e a ocupação de sua antiga planície de inundação por parte da população humana fazem com que a área tenha que conviver com os episódios cíclicos de extravasamento do canal fluvial, o qual busca ocupar a sua antiga área natural de curso, durante os episódios de chuvas e de maior volume de escoamento superficial, conforme aparece na figura 11.

Figura 11 - Mobilidade e alagamentos



Fonte: PBJL, 2019

A figura 11 mostra a área alagável do Jardim Lapenna, correspondente à antiga e natural área ocupada pelo rio Tietê. Importante destacar que esta área também apresenta os mais elevados indicadores de vulnerabilidade social, conforme demonstrado anteriormente, por meio da figura 7.

Ao longo da visita realizada no bairro, foi possível verificar marcas de água nas paredes das casas, bem como a presença de comportas e barreiras construídas nas portas das casas, quadro que reflete uma população residente que vive traumatizada com as chuvas, conforme mostra a imagem 12.

Figura 12 - Casa no Jardim Lapenna



Fonte: Acervo próprio

A figura 12 busca ilustrar uma casa localizada na área mais central e urbanizada do bairro. Trata-se, portanto, de uma área com rua asfaltada e com melhores condições sociais em relação às outras partes do bairro. Entretanto, mesmo nesta área, o proprietário tem que conviver com um degrau ao entrar em casa e ao sair dela, uma vez que este a protege contra a invasão das águas de enxurradas.

4.2. O Plano de Bairro

O bairro do Jardim Lapenna tem um histórico importante de mobilizações sociais a respeito de lutas e conquistas. Nesse sentido, os primeiros habitantes do bairro eram líderes comunitários que deram início ao processo, à articulação dos líderes comunitários e à criação da Sociedade Amigos do Jardim Lapenna, em 1981, após isso, outras instituições foram-se instalando no bairro. A Fundação Tide Setubal chegou no bairro em 2007, a partir de uma parceria de cogestão de um espaço educativo. (Ruiz e Almeida, 2018).

O bairro Jardim Lapenna é delimitado por fronteiras físicas bem definidas, os acessos são limitados aos pedestres em 3 (três) vias e um somente para carro, sendo que não há transporte público disponível dentro do bairro. E esse é somente um dos exemplos da busca por melhorias pela comunidade moradora do Lapenna.

Melhorias essas já conquistadas em momentos prévios ao plano de bairro, de mobilizações anteriores, como implementação de equipamentos públicos (exemplo escolas e UBS, conforme figura 8) e projetos sociais. O Plano de Bairro surgiu, então, como um veículo para demarcar a rota coletiva por um território de direitos. (PBJL, 2019).

O plano de bairro foi construído em etapas, sendo dividido em 5 (cinco) momentos, conforme a imagem 13, a seguir:

Figura 13 - Etapas de elaboração do plano de bairro

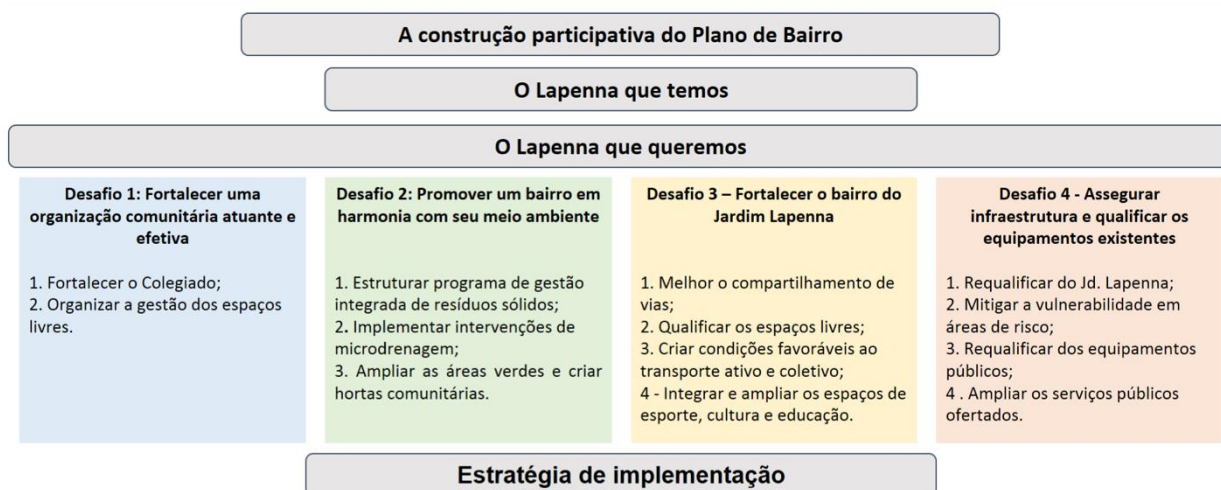


Fonte: PBJL, 2019

O Plano de Bairro precisa garantir que as mudanças ocorram para que seus moradores tenham condições adequadas de se inserirem na sociedade de forma justa, com capacidade de desenvolvimento social e profissional e com oferta de bons

serviços públicos e privados. (PBJL, 2019). O Plano de Bairro escrito foi estruturado em 04 desafios, conforme mostra a figura 14.

Figura 14 – Construção participativa do plano de bairro



Fonte: PBJL, 2019

Conforme ilustra a figura 14, a primeira parte traz todo o embasamento teórico para realização do Plano, seguido da análise técnica do bairro que existe hoje, a partir de dados secundário e de percepções de moradores, por fim são explicitados os desejos e possibilidades a serem alcançadas com o Plano, detalhando cada um dos quatro desafios, 14 propostas e 48 ações de transformação. O fechamento do documento conta com a estratégia de implementação e sugere a divisão das ações em três momentos no tempo (PBJL, 2019).

4.3 Os Instrumentos de Participação do Plano de Bairro do Jardim Lapenna

Conforme traz o documento do Plano de Bairro, desde 2011, a Fundação passou a atuar de forma mais intensa em articulações entre setores públicos e privados, na tentativa de envolver a população nas questões relacionadas ao bairro. O Fórum de Moradores do Jardim Lapenna foi uma criação da Fundação que ajudou a intermediar a relação do bairro com atores externos ao território (VIALLI, 2017).

O documento Plano de Bairro do Jardim Lapenna reflete o momento de uma iniciativa social e comunitária para transformar o bairro num território de direitos. O Plano foi construído a partir de um princípio transversal: a participação, além de ser

articulador da organização sociopolítica dos moradores junto do Colegiado de líderes e instituições do bairro. (PBJL, 2019)

O item 1 na página 4 do Plano de Bairro informa que o documento foi construído em três grandes momentos:

- 1) diagnóstico do bairro
- 2) construção e discussão de propostas para sua melhoria
- 3) pactuações e estratégias básicas de implementação.

Para a divulgação do Plano de Bairro foi feita uma festa chamada “Lançamento do Plano de Bairro”, divulgada por meio de cartazes em áreas com intensa circulação de moradores, folhetos entregues porta a porta, carro de som e boca-a-boca. O intuito era envolver os moradores e criar uma participação de boa parte deles (PBJL, 2019).

Como forma de auxiliar a divulgação dos eventos, foram criadas mídias sociais, como: uma página de Facebook, um blog e uma conta no Instagram. A página oficial no Facebook “Plano de Bairro Jardim Lapenna” compartilhou um artigo, na data de 12 de março de 2017, com a seguinte descrição “Você sabe o que é e para que serve um Plano de Bairro? ” Encaminhando para uma postagem do blog oficial com uma explicação sobre o que é um Plano de Bairro, sendo que essa postagem se encontra fixada no topo da página até a presente data. A pesquisa foi realizada na internet somente como curiosidade do tema, mas a informação foi considerada relevante para a pesquisa.

O lançamento ocorreu no dia 10 de junho de 2017 das 10h às 17h, o processo de elaboração do Plano de Bairro envolve ferramentas de organização e participação comunitária e seu sucesso depende de seus alcances e limites. O documento do Plano de Bairro afirma que as pessoas puderam interagir e tirar dúvidas em atividades, conforme a tabela 04:

Tabela 4 – Atividades promovidas no lançamento do Plano de Bairro

Atividades Promovidas no Lançamento do Plano de Bairro		
TENDA	OBJETIVO	RE SULTADO S
Mapa dos Sonhos	Registrar visão de futuro dos moradores para o bairro de forma territorializada no mapa.	106 sonhos registrados.
Mapa Afetivo do Lapenna	Registrar o que os moradores mais gostam no bairro de forma territorializada no mapa.	78 notas de afetos registradas.
Estação de Brincadeiras	Diversas atividades para crianças vinculadas ao lançamento do plano de bairro.	Não mensurável
Dança	Atividade cultural vinculada ao evento de lançamento.	Não mensurável
Ponto de Leitura na Rua	Atividade cultural vinculada ao evento de não mensurável. Lançamento do Plano, barraca com livros e desenhos das crianças.	Não mensurável
Varal dos Sonhos	Despertar a memória dos moradores sobre os bons momentos do bairro.	Não mensurável
Rádio de Rua Lapenna	Convidar pessoas a participar das oficinas de diagnóstico e propostas e esclarecer dúvidas sobre o Plano de Bairro.	Discussões promovidas sobre o plano de bairro.
Estação Saúde	Concientizar a população sobre os deveres socioambientais de cada um e da coletividade. Dança circular e medicina chinesa.	População informada sobre ecologia e doenças.
Estação Esporte Lapenna	Recuperação da memória esportiva do bairro e envolver a juventude. Futebol de botão.	Momentos de lazer e informação para a população jovem.
Grafite Convite	Divulgar as datas das oficinas de diagnósticos e de propostas em forma de convite, bem como envolver artisticamente os moradores.	Mural pintado na segunda rua mais movimentada do bairro.

Fonte: PBJL, 2019, Desenvolvimento próprio

As atividades foram anunciadas também por meio de mídias sociais em evento criado no Facebook. Em junho, foram realizadas três oficinas abertas para discutir a situação do bairro (chamadas de oficinas de diagnóstico) por meio de um Café Colaborativo. Um total de 89 participantes circularam entre as mesas temáticas, informando-se da realidade do bairro, opinando sobre seus desafios e apresentando suas ideias (PBJL, 2019).

Tabela 5 – Temas das mesas na oficina de diagnóstico

Temas das Mesas: oficina de diagnósticos	
MESA	OFICINA
1	População e Vulnerabilidade
2	Equipamentos e Serviços Públicos
3	Geografia do Lapenna: meio ambiente e habitação
4	Mapa de Pontencialidades

Fonte: PBJL, 2019, Desenvolvimento próprio

Já na Escola Estadual Pedro Moreira foi feito debate pensando com formato pensado para jovens. Estiveram presentes 135 alunos do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio. O resultado desse encontro confirmou que os jovens têm, sim, interesse pelo processo e refletem sobre seu bairro, no entanto, não se sentem atraídos para participar através dos espaços mais tradicionais pensados para os adultos (PBJL, 2019).

Finalizada a etapa do diagnóstico, foi iniciada a etapa de propostas. Durante cinco semanas (13 de julho até 24 de agosto), seis caixas de sugestões circularam entre diversos estabelecimentos que, segundo a equipe da fundação Tide Setúbal, são referência no bairro. Uma caixa também esteve presente na barraca do Plano de Bairro, na festa julina do bairro. As caixas de proposta circularam em conjunto com a distribuição de cartilhas do Plano de Bairro e fichas a serem preenchidas pelo morador. No total, foram recolhidas 38 fichas de propostas (PBJL, 2019).

Para apresentar as propostas escolhidas para a comunidade foram feitas atividades por meio de oficinas de diagnóstico e também foram apresentados os próximos passos do Plano de Bairro. Foi discutida a importância de se mobilizar para mudar uma realidade, e não simplesmente esperar ações externas para melhorar aquilo que é de todos, (PBJL, 2019).

Nesse momento, foram levantados assuntos de maior relevância socioambiental, como o descarte de resíduos sólidos e materiais e a reflexão a respeito dos meios para se fazer mudanças. Assim como na fase anterior, as oficinas contaram com espaço, monitores, petiscos e atividades para crianças, facilitando a participação dos adultos no processo, (PBJL, 2019).

Conforme explica o documento, todo esse movimento gerou uma reflexão dos moradores sobre o destino do bairro. Deste modo, o plano de bairro ganhou maior visibilidade como instrumento para decidir, mas também para fazer, de forma a transformar efetivamente as condições do bairro (PBJL, 2019).

Terminada a fase de propostas, todas as participações foram coletadas, sistematizadas, revisadas, consolidadas e organizadas em quatro grandes desafios do Plano de Bairro:

- (1) fortalecimento da organização comunitária;
- (2) harmonia com o meio ambiente;
- (3) fortalecimento do bairro;
- (4) infraestrutura e equipamentos.

Dos desafios derivaram propostas dentro das quais foram definidas ações, produto do processo do Plano de Bairro. O documento de desafios, propostas e ações foi revisado e discutido pelos líderes e instituições do Colegiado. (PBJL, 2019).

No dia 23 de outubro de 2017, 110 participantes discutiram as 78 ações e suas prioridades. Após ajustes e aprimoramentos, chegou-se a um total final de 48 ações, distribuídas dentro dos quatro desafios. Esse conjunto de desafios, propostas e ações constituem o Plano de Bairro. (PBJL, 2019).

O Colegiado é, atualmente, um espaço central de debate social e político do bairro, sendo composto por lideranças do bairro e representantes das instituições públicas e sociais nele atuantes, com o objetivo de definir as estratégias de construção coletiva do planejamento e melhorias do bairro. No colegiado e no processo participativo do Plano de Bairro, os parceiros do bairro encontraram um espaço para discutir suas diferenças mantendo um objetivo comum. (PBJL,2019).

O Colegiado retoma outros momentos de organização social já acontecidos no bairro, em especial o Fórum dos Moradores. A primeira reunião oficial do Colegiado ocorreu em 08 de maio de 2017, às 14h no Telecentro. O objetivo da reunião era esclarecer entre os pares a finalidade do Plano de Bairro e firma o compromisso de agir participativa e coletivamente nas etapas que viriam a seguir. Nesse sentido, um

primeiro registro relevante do processo participativo é que todas as decisões sobre suas etapas foram feitas coletivamente ao longo de reuniões bilaterais e plenárias do colegiado. (PBJL, 2019).

Como mencionado, o Colegiado tem-se afirmado como importante espaço de participação e organização comunitária para o bairro. Entre maio e outubro de 2017, foram registradas um total de 25 reuniões, além de inúmeras conversas não registradas. Seu apoio ao Plano de Bairro, liderança e participação durante as oficinas, reuniões, ações de acupuntura, e na fase final de pactuação reforçam e reiteram o intuito inicial de que o Plano de Bairro é, além de um veículo de garantia de direitos, principalmente um veículo de organização e construção social e política de cidadania. (PBJL, 2019, pg. 12).

Pelo documento do Plano de Bairro constam atividades até final de 2017, mas é possível acompanhar pela página do Facebook outras atividades também realizadas, desde então até meados de 2019. Assim temos como exemplo:

Tabela 6 - Eventos Plano de Bairro 2018 - 2019

ATIVIDADE?	QUANDO?	LINK
Ação de conscientização ambiental, além de para que o muro da escola não seja mais um ponto de acúmulo de resíduos sólidos no bairro.	31 de Agosto de 2018	https://www.facebook.com/events/239654436890580/
Audiência Pública com a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal sobre planos de bairro.	24 de novembro de 2018	https://www.facebook.com/events/499974493847437/
Conselho do Plano de Bairro na Câmara Municipal	20 de março de 2019	https://www.facebook.com/planodebairroterritorialapenna/photos/a.145052726053509/404387440120035/
Reunião com os jovens moradores do Bairro	17 de abril de 2019	https://fb.watch/4acGiOVMZ8/

Fonte: Facebook, Desenvolvimento Próprio

Tendo em vista a quarentena causada pela pandemia do COVID-19, é compreensível a pausa nas atividades presenciais, o que não significa a pausa nas tratativas do Plano de Bairro, pois a busca por recursos públicos para alcançar os objetivos ainda existe (Facebook).

4.4. Resultado das Entrevistas

4.4.1. Perfil dos entrevistados

Conforme descrito no item metodologia do presente estudo, foram realizadas 8 (oito) entrevistas no total, sendo que 6 (seis) dos entrevistados são moradores do bairro, 1 (uma) entrevista com a pessoa responsável pelo plano de bairro dentro da Fundação Tide Setúbal e, por fim, 1 (uma) entrevista com pesquisador do tema, professor e doutor na área de planejamento territorial.

Para que a identidade dos entrevistados seja preservada, foram criados códigos para que seja possível a citação sem a exposição, conforme tabela a seguir:

Tabela 7 - Entrevistas

Códigos	Entrevistados
F01	Funcionário Fundação Tide Setubal
P01	Professor pesquisador do tema
M01	Morador 01
M02	Morador 02
M03	Morador 03
M04	Morador 04
M05	Morador 05
M06	Morador 06

Fonte: Desenvolvimento próprio

Mesmo com a preservação da identidade, torna-se indispensável a realização do perfil dos entrevistados, pois para uma compreensão clara dos dados obtidos é necessário saber de onde eles vieram e como foram captados. Tendo em vista o

roteiro de perguntas, o ponto inicial foi compreender quem são essas pessoas e como é a rotina delas.

Inicialmente, verificou-se a idade, sexo e estado civil dos entrevistados. Esses dados foram capazes de criar uma primeira sistematização das respostas. Dos moradores, 3 (três) são mulheres, casadas e na faixa etária entre 30 e 50 anos, 1 (uma) mulher, viúva, com 41 anos e 1 (uma) mulher de 25 anos solteira. Somente um morador era do sexo masculino, solteiro, sem filhos e maior de 30 anos. Todas as mulheres entrevistadas são mães e responsáveis pelos seus descendentes.

Destes moradores somente dois entrevistados coabitam com um familiar, sendo a mulher de 25 anos, que mora com seu filho e o homem de 32 anos, que mora com a mãe. As outras entrevistadas moram com 4 ou mais pessoas na mesma residência. A moradora 3 convive com seus três filhos, a moradora 4 convive com o marido, 2 (duas filhas) e 1 (um) genro e a moradora 5 coabita a mesma residência com o marido e dois filhos.

Conforme explicam os autores Pasternak e D'OttavianoA (2010), quanto menor o poder aquisitivo dos moradores, menores são as habitações e maior o número de moradores, a “favela ocupa o espaço de forma específica: é precariamente arruado e mais denso que o espaço formal, dois complicadores para serviços urbanos importantes, como o acesso de ambulância, polícia, bombeiros e coleta de lixo. ”

Os laços percebidos entre os entrevistados e o bairro vão para além das qualidades inerentes do local de moradia, mas também pelo apego criado com o tempo e amizades desenvolvidas com a vizinhança. Há força de trabalho no próprio bairro com comércio próprio, como as moradoras 05 e 06, ou como CLT no caso das moradoras 03 e 04. E apesar dos moradores 01 e 02 estarem desempregados, circulam e consomem serviços e produtos locais, fortalecendo o desenvolvimento econômico do Jardim Lapenna.

Ainda, a conquista da casa própria, mesmo que por ocupação da terra – comum neste bairro, foi algo bastante citado pelos entrevistados. Somente a moradora 3 está na casa por aluguel, o resto dos moradores está morando na casa própria. Inclusive, o aluguel da moradora 3 é mais complexo do que simplesmente o pagamento de uma quantia por mês, pois ela mora no anexo da casa de um amigo na qual é caseira.

Além disso, todos os moradores residem nesse mesmo local há pelo menos 10 (dez) anos, chegando a 20 (anos). Isso também refletiu diretamente na vida de seus

filhos, pois em sua grande maioria, nasceram e cresceram no Jardim Lapenna. As brincadeiras na rua e a circulação pelo bairro já é comum a estas crianças.

Inclusive, todas as crianças e adolescentes frequentam ou frequentavam a escola local do bairro. Os filhos dos moradores são formados ou estão estudando. Enquanto o morador 2 é formado em engenharia e a moradora 4 é formada em pedagogia, todas as outras moradoras e seus respectivos maridos não tem formação completa. As moradoras 5 e 6 têm o segundo grau completo e as moradoras 1 e 3 não completaram o ensino fundamental.

Além disso, ao serem indagados sobre casos de deficiência entre as pessoas que moram no mesmo local, as moradoras 1 e 3 informaram que sim, sendo que um é diagnosticado com autismo e outro não possui diagnóstico, somente foi descrito como “deficiente intelectual”. Ainda assim, as duas crianças frequentam a escola.

Também é notório que todos os moradores têm os transportes públicos como principal meio de condução com destino para fora do bairro. A moradora 6 trabalha no bairro e anda normalmente a pé no dia a dia, mas para sair do bairro usa metrô e trem, assim como os moradores 2, 3, 4 e 5. Somente a moradora 1 usa ônibus como meio de locomoção.

Uma informação relevante e importante também citar neste ponto é que a Funcionária 01 da Fundação Tide Setúbal reside no bairro vizinho, São Miguel. Assim possibilitando uma caminhada de 20 minutos por dia para chegar ao trabalho. Além disso, garante uma vivência maior do local, auxiliando no desenvolvimento do plano de bairro.

Por fim, como uma forma extra de compreender o resultado das entrevistas, foi feita uma análise por meio do software Atlas Ti. Foi possível extrair as palavras mais faladas ao longo das entrevistas, criando uma nuvem de palavras. A figura 15 ilustra este resumo:

localização de coletividade, gera uma conexão lógica e direta com a questão da participação nos projetos do Plano de Bairro.

“ A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004).

A participação é fundamental na hora de desenvolver o projeto e colocá-lo em prática. O “fazer” passa a ser uma ação de responsabilidades múltiplas: daqueles que habitam o bairro, daqueles que desenvolvem o projeto e dos atores públicos. O fazer é uma ação ativa, que se mostra importante para o sucesso (ou insucesso) de um projeto. E, também, o fazer apareceu repetidas vezes como uma vontade de realização, que gera o impulso para o pensamento e criação.

O que nem sempre é realmente uma ação no sentido de fazer a movimentação do bairro, por exemplo, ir limpar as praças ou panfletar sobre o plano de bairro, mas o “simples”- porém não tão simples assim – movimento de pensar junto, estar nas reuniões, participar do grupo de whatsapp e ações similares faz crescer a vontade de participar, gerar ideias e compartilhar.

Por fim, duas palavras que se destacaram é GENTE e PESSOA, sinônimos de existência de um bairro. O bairro somente existe por existir vida, seres humanos que habitam e dão cor ao local, que desenvolveram comércios, que consomem ali, que usufruem de espaços públicos em comum, que desenvolvem amizades e convívios, passam por conflitos e problemas sociais.

4.4.2. Percepções e significados atribuídos ao bairro pelos entrevistados

Uma das características mais marcantes da ocupação deste bairro é que foi feita por apropriação de terra, conforme M01 e M05. Muitos moradores acabaram por construir a casa própria no local por ter custo mais baixo, outros habitam ali por ser a única opção viável de aluguel para a moradia do momento, conforme os moradores M02, M03, M04 e M06. A figura 16 ilustra uma parte dessas ocupações nos dias atuais:

Figura 16 – Região do bairro com forte vulnerabilidade social



Fonte: Acervo próprio

Conforme explicado nos itens anteriores, o bairro teve seu processo de urbanização iniciado pela área mais central, região hoje mais equipada, a figura 16 ilustra uma região mais periférica, nas bordas do Rio Tietê, área com forte vulnerabilidade, sem acessos, dotada de precariedade.

Nas entrevistas, foi possível perceber uma dualidade entre o sentimento de possuir a casa própria e/ou da construção de amizades e rotinas naquele local, apesar dos desprazeres apresentados por todos os moradores: a violência crescente presente no bairro.

A construção de memórias coletivas, momentos de participação e troca entre os cidadãos, principalmente em locais públicos, auxilia criar o sentimento de pertencimento e apropriação do lugar pelos moradores. Tão importante quanto criar memórias é a população acreditar no futuro da cidade, apostar que ela pode crescer mais e que se tornará um lugar cada vez melhor, fazer planos para permanência e vivência futura no lugar. (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006)

Tomando-se os casos concretos dos entrevistados, verifica-se que o M01 foi morar por ocupação de terra e não tem reclamações do bairro, afirmando que gosta de onde mora e que não deseja mudar-se. Já o M02 afirma que possui uma vida tranquila, porém, com potencial de melhorar, mas que se tivesse a oportunidade

provavelmente mudaria de bairro. Por motivos como a desvalorização do local, pela idade avançada da mãe e a distância de parentes em outros bairros.

A M03, entretanto, diz que, 10 (dez) anos atrás, o bairro era mais tranquilo, mas que, atualmente, tem acontecido muitos assaltos e brigas. O entrevistado diz que não se mudaria, visto não pagar aluguel e ainda possuir negócios no bairro.

A M04 afirma que prefere trazer mudanças positivas para o bairro a precisar se mudar. Se surgisse alguma boa oportunidade mudaria, mas não está no planejamento da família.

A M05 relata que tem vontade e até planos para mudar do bairro, principalmente por causa da violência, nas palavras dele: “Eu assim, eu mudaria moça, pela única coisa, assim, eu e meu esposo, a gente fala que pro futuro, a gente alugar tudo aqui e ir morar em outro lugar, por causa da violência. ”

Por fim, a M06 afirma que:

“ Já criou um afeto por aqui e pelas pessoas e paramos de olhar só para as partes ruins e começamos a olhar para as partes boas, tipo: eu participo de várias reuniões que é em busca de melhorias. Então, isso gera uma esperança querendo ou não, em mim e nas pessoas que eu converso do meu convívio”.

Por um lado, percebe-se que as relações têm raízes profundas, o que faz com que a população sinta que há uma conexão com o local “e que este lhe pertence, mesmo que dele não tenha a posse legal”. (CAVALCANTE, MOURÃO, 2006, pg. 145). O sentimento de possuir e gerir um espaço por uso habitual ou por identificação é conhecido como apropriação. A apropriação, relacionada ao espaço, é o mecanismo que permite ao sujeito sentir que tem o domínio de um lugar, que pode arrumá-lo, reestruturá-lo, construindo ali algo com o qual se identifique, um *chez soi*, ou seja, o seu lugar (Fischer, 1981) (CAVALCANTE, MOURÃO).

Inclusive, mesmo que existam pontos negativos, os moradores lutam e buscam participar por melhorias no bairro, para criar um local melhor e mais seguro para sua vivência. Até porque, para além do sentimento de apropriação é essencial criar um sentimento de pertencimento, seja a uma cidade ou a um grupo (GRINOVER, 2006).

As memórias afetivas e os planos baseados em fatores emocionais determinam e interferem nas escolhas. Sendo assim, mesmo com o desejo latente de todos os moradores de habitarem um local mais seguro e mais equipado, permanecem no

bairro. A história que já traçaram ali e as relações interpessoais são determinantes na hora das decisões dos moradores.

A M01 acha que o bairro tem um bom funcionamento e gosta da vida que leva, nas palavras dela: “Para mim, graça a Deus por enquanto está tudo levando, né. O ruim agora é só essa pandemia que está tendo aí, a gente se cuidando. Mas o resto, né.”. Para o M02, e para a M04, o bairro possui pontos positivos e negativos, nas palavras do morador 02:

“ Positivos: a segurança, parece engraçado falar em segurança, mas para quem mora aqui é bem seguro e é próximo de tudo, de comércios, de banco e de padaria. Qualquer coisa que você quiser você consegue fazer tudo a pé e é ao lado da estação de trem também. E ruim é porque é periferia, então, é longe do centro, e têm problemas de periferia: tem pessoas que são bem carentes, tem algumas pessoas que tem problema com saneamento, tem problemas que tem problema de renda baixa, mas por falta de oportunidade e não do bairro em si. Acho que mais a infraestrutura, né. ”

Mesmo morando em regiões distintas do bairro do Jardim, os moradores M02 e M04 listam pontos semelhantes como positivos e negativos, para ambos, a facilidade de comércios e serviços é ponto importante listado logo no início das frases. Já como ponto negativo, citam a vulnerabilidade e a falta de estrutura nas bordas do bairro para abrigar essa população. Nas palavras da M04:

“ Ah, os pontos positivos: é que digamos que nos traz facilidade para muitas coisas, assim, próximo ao hospital, próximos aos mercados. Né assim, a onde eu moro não têm muita bagunça. Mas, os negativos: é digamos, é que o poder público poderia olhar um pouco mais, um pouco melhor para cá, pois temos muitas famílias vulneráveis por aqui. Então, esse é o ponto negativo, que o poder público poderia ter um olhar especial para nossa comunidade, aqui do Lapenna, que é um pouco esquecida. ”

Já a M05, que reside numa região com forte vulnerabilidade social, comenta apenas a respeito da crescente violência, e das dificuldades em se viver numa região dominada por traficantes, onde “a polícia tem restrições em entrar”. A respeito das infraestruturas, diz somente que gostaria que a rua fosse asfaltada.

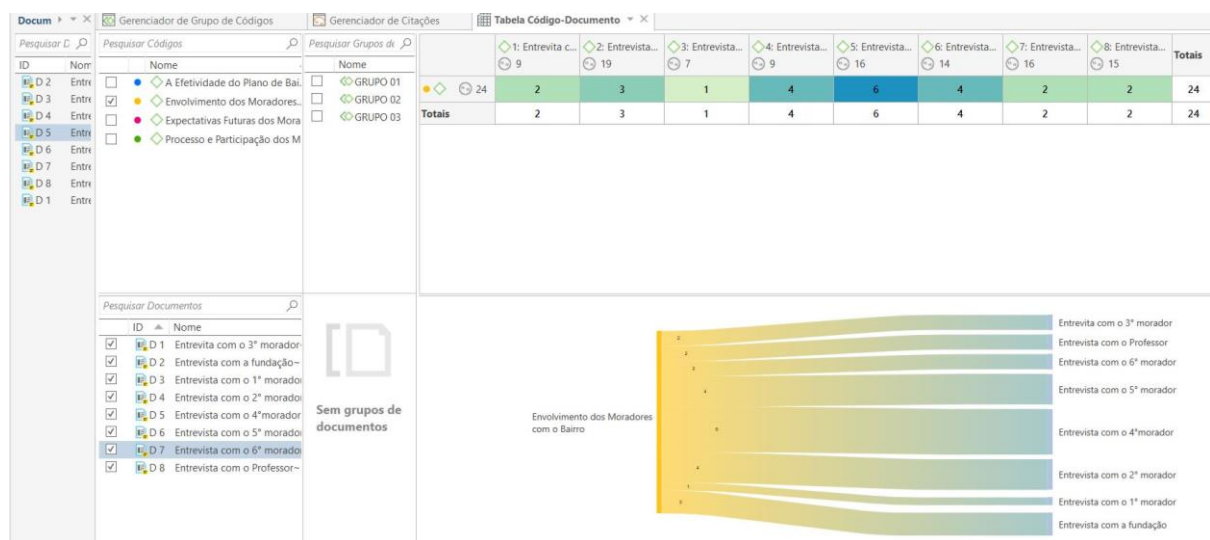
Para a M06, o que mais importa é a comunidade e o vínculo criado entre eles, a forma como se ajudam. Mas mesmo assim, reclama dos constantes alagamentos e das ruas ainda sem qualquer infraestrutura.

Portanto, é notório o apego que os moradores têm pela região como um todo, seja pela presença de equipamentos públicos, pela facilidade de acesso ao centro de São Paulo, ou conforme o último relato do M06, por apego à vizinhança. O bairro possui problemas, como muitos outros bairros periféricos em situação socioeconômica semelhante, tais como falta de saneamento básico, ruas não

pavimentadas, sem transporte público (que circule dentro do bairro), população com forte vulnerabilidade social. Apesar disso, dentre os entrevistados, metade deles tem vontade e/ou planos para mudar, enquanto a outra metade não sairia. Ao que parece ter muita influência a região onde cada morador entrevistado reside.

A figura 17 relaciona o resumo das entrevistas com o envolvimento que os moradores têm com o bairro do Jardim Lapenna. Foram 24 (vinte e quatro) citações relacionadas ao tema.

Figura 17 – Envolvimento dos moradores com o bairro



Fonte: Atlas ti, Desenvolvimento próprio

Conforme descrito na metodologia, as perguntas feitas ao longo das entrevistas foram separadas em 04 (quatro) blocos diferentes. A figura 17 representa, com a ajuda do software Atlas Ti, a quantidade de resultados que foram extraídos das entrevistas e relacionados ao tema. No caso da figura 17, trata-se do bloco 02 de perguntas, que formam a relação entre os moradores e o bairro do Jardim Lapenna.

4.4.3. Percepções e significados dos entrevistados relativos ao plano de bairro

Com os dados colhidos a partir das entrevistas, foi possível obter algumas respostas a respeito da percepção sobre o processo de aplicação do plano que vem ocorrendo no bairro. Durante as entrevistas, foi notória a popularização do nome Plano de Bairro. Todos os moradores contatados já ouviram falar no plano, embora não

necessariamente conheçam o seu significado. Para a maioria, o Plano de Bairro está aliado às melhorias e inovações que acontecem na região.

O documento do Plano de Bairro sugere que o processo de desenvolvimento e implementação teve um engajamento social dos moradores, gestores públicos e profissionais da área. Conforme explica o Professor:

“ A partir dele “foi capaz de trazer uma priorização e uma organização das ações de investimento público e também construir um diálogo do bairro com a distância da participação regional, que é o conselho participativo da subprefeitura” (P01).

Para que o Plano de Bairro, seja ele qual for, esteja em pleno funcionamento, ele precisa estar de acordo com a legislação e ser aprovado. De acordo com o art. 5ª, uma das atribuições das Subprefeituras é coordenar o Plano Regional e Plano de Bairro, distrital ou equivalente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estratégico da Cidade.

O P01 afirmou que:

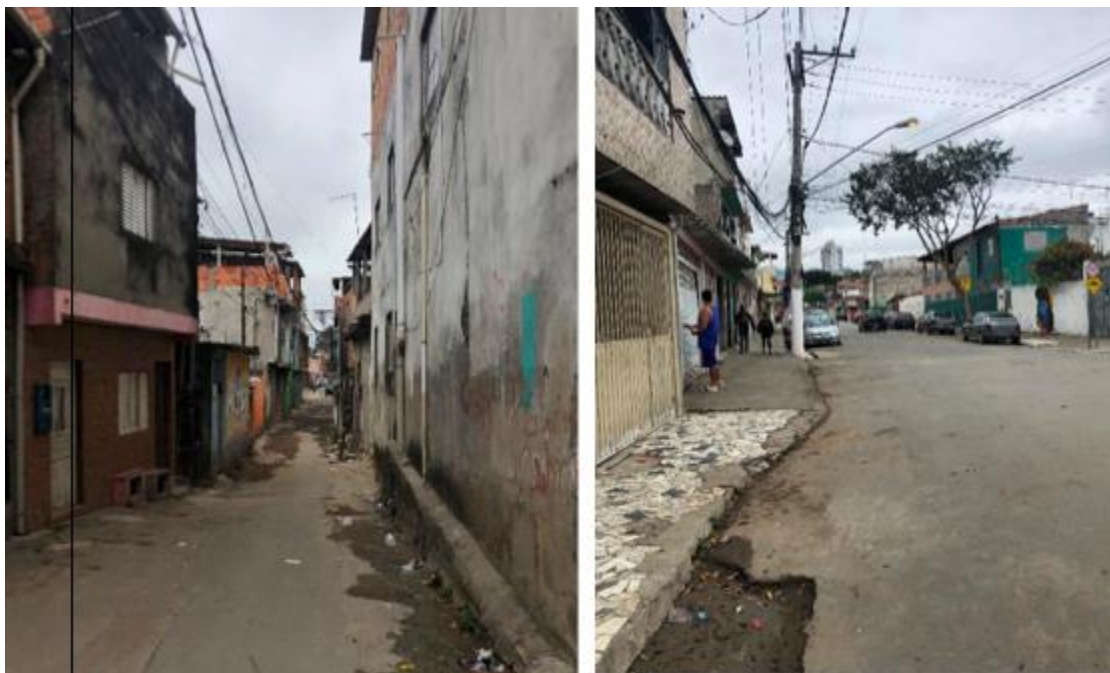
“ O conselho participativo da subprefeitura de São Miguel foi reunido para apresentação do Plano de Bairro antes dele ser lançado, houve debates e discussões da iniciativa, para, posteriormente, ser aprovado no Conselho de São Miguel. Até porque é um dos requisitos dos planos do Plano de Bairro previsto pelo plano diretor” (P01).

Em junho de 2017 o projeto “Plano de Bairro” começou a ser elaborado no Jardim Lapenna, sendo que em agosto as oficinas participativas foram lançadas para construção das propostas de melhorias do bairro, dessas oficinas surgiu o Colegiado do Plano de Bairro, um grupo de mobilização social que continua unido até hoje.

As ações que estão sendo implementadas vão gerar uma melhoria de bem-estar da sociedade que habita o bairro Jardim Lapenna. O processo que gerou essas ações de encontrar os problemas chaves e as ações prioritárias foi muito importante para auxiliar no desenvolvimento do planejamento do bairro (P01).

As figuras 18 e 19 ilustram áreas mais centrais do bairro, regiões que, apesar de mais urbanizadas, ainda sofrem com os problemas evidenciados na pesquisa.

Figura 18 e 19 - Áreas centrais do bairro



Fonte: Acervo próprio

Fonte: Acervo próprio

O bairro do Jardim Lapenna, conforme já citado anteriormente, é um bairro periférico que sofre com alguns dos graves problemas causados pelo urbanismo acelerado, na imagem 19, da direita, temos a região mais central e urbanizada do bairro, por isso, temos um leito carroçável largo e a presença de calçada, mesmo que precária. Já na imagem 18, à esquerda, continuamos na região central, porém, já dando acesso às regiões mais periféricas próximas das áreas com mais vulnerabilidade, de forma que é notória a transição de regiões ocorrendo.

A ligação entre o projeto e os moradores é feita por meio da comunicação direta entre as pessoas, por panfletagem e também por meio de mídias sociais. No processo de dialogar, o Plano de Bairro foram feitas ações e brincadeiras, como visto nos itens anteriores. O professor entrevistado foi enfático ao afirmar que para um bom processo participativo é necessário que se realize muita divulgação para que as pessoas saibam o que está acontecendo no bairro delas.

Isso ajuda a gerar mais participação e engajamento, porque o Plano de Bairro é feito em momentos diferentes, então precisa de formatos diferentes de envolvimento da população e até de empresas locais. A figura 20 ilustra uma reunião que ocorreu no galpão para a discussão sobre propostas do plano de bairro.

Figura 20 - Oficina Plano de Bairro Jardim Lapenna



Fonte: Fundação Tide Setúbal

Ainda, nas palavras do professor, as oficinas e reuniões são fundamentais, conforme ilustra a figura 20, pois são uma forma de simplificar questões difíceis, assim, trazendo mais moradores para o centro da questão de forma participativa e ativa, ou seja, com engajamento de verdade.

Após realizar as entrevistas com os moradores do bairro, foi possível observar que somente 1 entre os 6 entrevistados não tinham conhecimento do Plano de Bairro. Nas palavras da M01 “eu não conheço muito essas partes não. Estou por fora disso aí”.

No entanto, apesar dos moradores saberem que existe o Plano de Bairro, poucos são os que realmente sabem a efetividade dele e os verdadeiros escopos, isso porque afirmam não saber quando acontecem as reuniões ou não podem participar pelo horário coincidir com trabalho e/ou cuidado com os filhos.

O M02 afirma que não participou das atividades por não ter as informações sobre os eventos, enquanto o M03 diz que não consegue participar pois precisa cuidar dos filhos e da sua lanchonete, que ambos não permitem ter tempo disponível. E o M05 informa que já foi, somente uma vez, sendo que não pode comparecer “por causa que os horários eram a noite e não tinha com quem deixar os filhos pra ir”.

Nada obstante, a M06 garante que assim que passar a pandemia pretende participar, apoiar e estar nas reuniões. E a M04 além de conhecer o Plano de Bairro,

participa assiduamente, pois “o Plano de Bairro tem um grupo de Whatsapp – tudo que vai fazer no bairro é lançado nesse grupo”.

Isso demonstra que houve divulgação do Plano de Bairro, pois era desejado que “o máximo possível de pessoas soubessem que aquilo estava acontecendo naquele ambiente e que tivesse a chance de eventualmente de algum momento de participar” (P01).

O Professor contou que além dos adultos, tentaram conscientizar as crianças e adolescentes indo às escolas, pois era importante ouvir atores que também às vezes não estão e não participam da maioria dos eventos, mas que possam ter pontos de vistas interessantes. Afinal, “qual é o ponto de vista do jovem? Qual é o ponto de vista dos professores? Então, foram muitas atividades” (P01).

Outra forma de comunicação que foi adotada foi a comunicação por mídias sociais como WhatsApp e Facebook, mas que não conseguem atingir a toda população, principalmente agora com o agravante da pandemia, que a circulação de pessoas ficou restrita e não é toda a população do bairro que tem acesso facilitado à internet.

Um dado importante foi a dificuldade que alguns entrevistados tiveram em conversar via telefone e/ou internet para a realização das entrevistas. Uma das entrevistadas comentou: “desculpa só poder atender agora, mas infelizmente só funciona internet na esquina. É preciso vir aqui para conseguir falar com você”. Outro morador entrevistado, após tentativas de contato que não obtiveram sucesso, retornou às ligações e explicou que, em sua casa, não funciona celular, apenas internet.

Tais observações, apesar de não serem o foco das perguntas utilizadas nas entrevistas, revelam um dado importante a respeito da realidade da população e de sua possível participação, já que, em um quadro de pandemia, sua participação fica prejudicada devido ao não acesso aos meios de comunicação conectados à internet.

Além da falta de acesso aos meios de comunicação, os moradores entrevistados se pronunciaram de forma explícita sobre seus incômodos com a sujeira local e a poluição aparente. Apesar de todos os entrevistados terem citado que já perceberam as mudanças no bairro nos últimos meses, foram enfáticos informando o desejo de melhorias na sua rua e seu entorno imediato. O que, por outro lado, não faz com que os moradores excluam a possibilidade de trabalhar em conjunto para desenvolver o bairro, conforme M02.

Já a F01 enxerga o Plano de Bairro de forma positiva, pois entende que foi uma construção conjunta. E por ser uma construção conjunta faz sentido para todo mundo.

“ [...] pois todo mundo construiu junto mesmo e então todo mundo foi aprendendo junto, pois não tinha os lugares, nem os caminhos e nem nada. [...] E assim nossa expectativa é bem grande, a partir do momento que a gente vê a população que se vê como conquistadora dessas pequenas missões que ela consiga ações e conquistas maiores e estruturantes para o bairro”.

Não obstante, ainda a F01 assegura “que foi um movimento bem transformador”, e pode-se expressar assim por ter acompanhado desde da criação dos fóruns dos moradores. Os fóruns dos moradores era um espaço de discussão que a população sentia que poderia ser muito ouvida. Os fóruns aconteciam uma vez por mês e eles eram por temas, mas quando perceberam que poderiam abranger mais temas, mais pessoas participariam.

Quando a F01 notou que estavam vindo mais pessoas com interesses distintos nos fóruns, deu espaço de escuta e isso foi um marco para a coletividade. Foi quando a Fundação Tide Setúbal começou a perceber que as pessoas não “estavam mais só se importando com a vida delas ou só com problema delas, elas começaram a dar uma assistência mesmo para o bairro” (F01).

As primeiras melhorias feitas foram nos espaços de convivência:

“ [...] então assim a praça que era bem abandonada começou a ter habitação e um outro espaço que era um espaço de entulhos sobre uma praça e tudo isso ia virando um mutirão na comunidade com apoiadores de fora” (F01).

Quando o Plano de Bairro do Jardim Lapenna conseguiu sua finalidade junto com a prefeitura como um local importante e também de cuidado, foi possível solicitar uma obra de drenagem com sucesso. Com o histórico de alagamentos comprovado, logo o projeto de drenagem foi liberado pela prefeitura (F01).

A ideia da drenagem surgiu de um morador, que levou a ideia adiante para o Plano de Bairro e, a partir deste, o projeto foi levado à subprefeitura e aprovado pela mesma. Indispensável, no entanto, foi o morador que possuía o conhecimento do local dos alagamentos, e onde alagava (na rua da UBS e dentro da creche) (F01).

Os moradores perceberam as mudanças realizadas desde o início da implementação do Plano de Bairro. A M03 apresenta:

“ [...] antes tinha muita enchente na rua, que o pessoal chama de rua dos Marianos, aí tiveram que brigar para poder fazer encanamento lá [...] e se eu não me engano deu uma melhorada boa. E outras coisas também que eles acabaram fazendo, se eu não me engano foi através do pessoal do Plano de Bairro”.

A M04 também apontou mudanças trazidas pelo Plano de Bairro:

“ [...] foi lançado no grupo da rua: a pracinha, aqui que estava precisando de uma limpeza. A prefeitura veio limpou e arrumou essa praça, colocou uns aparelhos de academias aqui na pracinha a Ermínia aqui. Então, geralmente tem o Anselmo aqui que também faz parte do Plano de Bairro, que ele sempre está tirando fotos dos pontos que precisam de ajuda”.

Já na percepção da M05, o Plano de Bairro atua em:

“ [...] benefício da comunidade, melhorias, tanto de asfalto, esgoto, é, eles participam na escola, se tem algum problema na escola eles vão lá atrás para ajudar, é deixa eu ver mais o que, teve o eco ponto, que foi eles que trouxeram pra cá, é umas reformas na *Berigam*, que eles estão correndo atrás, o esgoto aqui de baixo, um monte de coisas assim, de saneamento básico, eles correm, algum problema que tiver e que chegar até eles, eles tentam direcionar e ajudar da melhor forma”.

A M06 se mostrou empolgada pelas mudanças já trazidas pelo Plano de Bairro:

“ [...] pelo o que eu comecei a pesquisar sobre o Plano de Bairro, que é muita coisa, né? A Rua Berigam que era a rua que alagava mais e eu percebi que ela estava alagando menos, tipo ela não ficava dias alagadas, a Rua dos Baianos com a Nordestina também, só que eu não sabia quem trouxe essa melhoria, se foi uma luta dos moradores e foi. A outra entrada para o lado da estação que é para a entrada da comunidade não tinha meios, mas depois eu percebi que eles colocaram lá uma placa lá com mapa dizendo que ia abrir uma saída para lá e tudo mais e eu descobri que foi uma luta do Plano de Bairro. Então, essas coisas me alegram muito, saber que os moradores estão no mesmo intuito”.

No entanto, mais do que o conhecimento pela população sobre o plano de bairro, os principais desafios enfrentados pelo time de frente e moradores atuantes do Plano de Bairro foram as questões orçamentárias e o entendimento do caminho a ser seguido para criação, desenvolvimento e implementação dos projetos. Inclusive, F01 cita que não existem outros projetos de Plano de Bairro estruturados para se espelhar, para seguir o caminho. Que neste sentido, era difícil de compreender os próximos passos sem ter um guia, um exemplo.

Isso porque a instituição do Plano de Bairro foi reconhecida em 2014 com a nova lei de Plano Diretor da cidade de São Paulo, mas o Jardim Lapenna começou

em 2017 sua implementação. Senão, vejamos, em outubro de 2016, houve votação para novos prefeitos, que tomaram posse em janeiro de 2017.

Por isso, F01 alega que a mudança de gestão prejudicou a efetividade do projeto, pois os funcionários públicos responsáveis não sabiam os encaminhamentos necessários, não sabiam o que fazer com a documentação e como auxiliar os gestores do projeto do Plano de Bairro. Houve um verdadeiro desafio de entendimento com o poder público, “que não sabe o que faz com seus instrumentos. [...] Não tem um caminho super estruturado”.

No quesito orçamento, os projetos concorrem com outros projetos da cidade e precisa conseguir se encaixar com os outros bairros no orçamento disponibilizado pela prefeitura. F01 exemplifica como é essa situação: em 2020 o Jardim Lapenna, por meio do plano de bairro, solicitou o “projeto caminhabilidade”, com intuito de criar percursos adequados e confortáveis conectando os espaços públicos.

Esse projeto concorreu com outros diretos na prefeitura. Como “o tempo da prefeitura é demorado e a gente não conseguiu esse projeto e tivemos que entrar em um outro projeto que a prefeitura fez e já decidiu”, ou seja, a população pode até decidir em conjunto por uma prioridade, mas no final o papel da prefeitura é importante na decisão final de qual projeto será levado a diante.

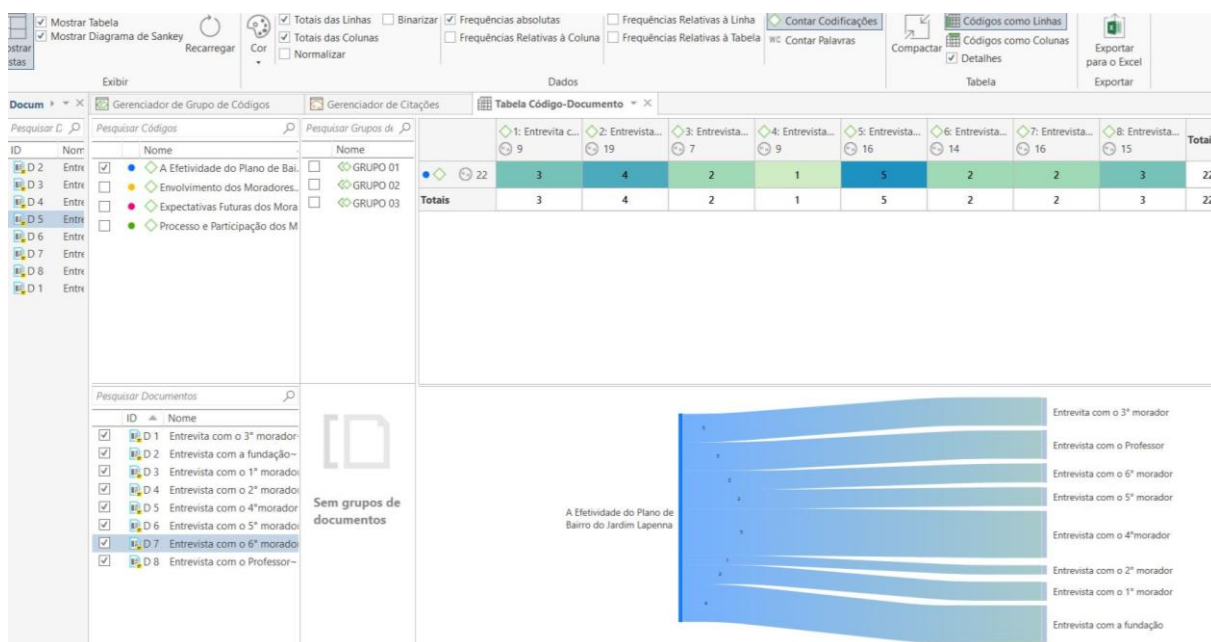
O Plano de Bairro ainda é uma situação nova, inclusive para os atores públicos, que estão acostumados a determinar prioridades por reuniões internas. Com a implementação de Planos de Bairros essa dinâmica pode vir a ser alterada, acredita o P01. “Ao partir de um conjunto de demanda e ações que a própria população percebeu uma importância prioritária, são elas que vão levar a esses agentes políticos para fazer a negociação que faz parte da democracia” (P01).

Ocorre, assim, a necessária participação mais expressiva e maior organização da população do bairro Jardim Lapenna para que sejam implementados os projetos escolhidos por eles. Isso porque a mudança escolhida deve possuir um real impacto nos moradores para que percebam as mudanças e queiram participar, como visto nas entrevistas. Nesse sentido, a qualidade do espaço público é essencial para avaliar a democracia da cidade. O espaço público democrático é a conexão entre as pessoas, é acessível e ordena o crescimento urbano (BROWNE, 2015).

O fato dos entrevistados já terem ouvido a expressão Plano de Bairro, ou conhecerem do que se trata não o faz um instrumento democrático. Todos os 06 moradores entrevistados gostam das mudanças que o Plano de Bairro trouxe para o

Jardim Lapenna, mas por motivos pessoais justificam suas ausências nos eventos e reuniões. O engajamento poderia vir de outras maneiras, mas participar das reuniões é um passo importante para o envolvimento. A figura 21 ilustra o resumo das entrevistas a respeito das percepções e significados dos entrevistados relativos ao Plano de Bairro. Foram 22 (vinte e duas) citações relacionadas ao tema.

Figura 21 - Entrevistas sobre o a efetividade do Plano de Bairro



Fonte: Atlas ti, Desenvolvimento próprio

Na metodologia, foram previstas as perguntas, separadas em 04 (quarto) blocos diferentes. A figura 21, representa, com a ajuda do software Atlas Ti, a quantidade de resultados que foram extraídos das entrevistas e relacionados ao tema do bloco 03 (três) de perguntas, que visam captar as percepções e os significados que os Moradores do Jardim Lapenna atribuem ao Plano de Bairro.

4.4.4. Percepção dos entrevistados sobre o processo de participação no Plano de Bairro

Para além da comunicação, a efetiva participação é tão importante quanto o conhecimento das ações do Plano de Bairro com os moradores. Aliás, nas palavras do P01, “o Plano de Bairro tinha alguns princípios do processo participativos. Primeiro

era de estabelecer um processo de diálogo e um processo participativo ao longo de todo processo, ou seja, em todas as etapas”.

Conforme a F01, a primeira etapa de oficinas foi para diagnosticar os desafios de mudança no bairro, posteriormente tiveram eventos e oficinas para propor quais mudanças estavam sendo priorizadas. E em paralelo, o colegiado discutia a metodologia e a criação de novos modelos de oficinas, juntamente com a FGV.

No mesmo sentido, o P01 afirma que é importante tentar novos formatos, então pensar em novas dinâmicas de oficinas e eventos, para chamar atenção da classe predominante na região com atividades que falem sua linguagem, com líderes que compreendam as questões da população local. Parafraseando o P01:

“ Aproximar atores que são mais parecidos com as pessoas que estão lá na luta, do que eu. Enfim, eu tenho muitas diferenças em relação a linguagem, na origem social, na cor da pele, enfim, tem tantas diferenças que trazer agentes que são mais semelhantes e etc, enriquece e muito eu acho que isso tem de ser ampliado, eu acho que formatos de participação a gente tem que investir muito. [...] A gente que testa mais as novas formas de pensar uma oficina, pensar a linguagem, pensar os resultados que a gente espera, pensar a devolutiva, pensar como a gente pode mostrar a complexidade que é a gestão pública e a disputa política. Pensar em processos participativos na cidade de São Paulo é um desafio permanente e eu acho que a gente tem que continuar investindo nisso “ (P01).

Por isso a participação da F01 da Fundação Tide Setúbal, moradora do bairro, foi tão importante para o movimento:

“ [...] pois eu comecei a perceber que não estimulavam os moradores para a discussão e aí eu comecei a perceber e repensar o Plano de Bairro e foi a partir desse trabalho no bairro do Jardim Lapenna que eu fui atuar nesse cargo, mas também como moradora e não só de trabalhadora” (F01).

O desenvolvimento do planejamento urbano com fundamento no “direito à cidade” é feito com a participação popular efetiva (OLIVEIRA, LOPES E SOUSA, 2018), ou seja, é preciso ter uma escuta ativa e um diálogo compreensivo, compreender os atores e manter sempre o canal aberto.

A F01, como moradora do bairro de São Miguel e coordenadora do Plano de Bairro pela Fundação Tide Setúbal, afirmou que sua participação é de animar, para não deixar a mobilização esvaziar e em alguns momentos até com papel de mediação. Este principalmente porque o bairro “tem muitos conflitos de interesses e não é de imediato para a gente conseguir chegar a um consenso” (F01)

Não se pode desprezar as colaborações trazidas pela população, todo mundo precisa ser contemplado. F01 afirma que organizar essa dinâmica e instruir os moradores como participar é uma de suas atividades.

“Então isso é muito importante para as pessoas se sentirem mais fortalecidas para falar e entenderem um pouco desse processo de negociação, que a gente fala que não é só um processo de gente de idade, você tem que ter argumento e tem que saber o que eles estão pedindo, precisa saber falar isso para ser ouvido” F01.

Por outro lado, a dificuldade de fazer com que todas as demandas sejam resolvidas, que todos os moradores sejam ouvidos, faz com que o engajamento das pessoas não seja pleno. Ficou visível pela fala dos entrevistados que é uma das partes mais difíceis de efetivar.

“Mesmo nas ações mais avançadas e participativas do mundo se têm problemas, as pessoas não vão votar, as pessoas não fazem questão de participar e etc. Diante disso, imponderável eu acho que cabe você fazer o máximo esforço para conseguir o processo participativo” (P01).

Nas entrevistas, os moradores reconhecem que há o fator de engajamento pessoal também, além do esforço por parte da Fundação. O Morador 04 contou que nem todos os moradores compareceram, que “na verdade eram poucos o que iam”.

A M03 que sempre recebe os convites para participar, mas nunca participou.

“Eles convidam bastante, mas como eu te falei como é muito corrido para mim acaba não dando tempo. É mais ou menos assim eu fico doente e nem tenho tempo de passar em pronto socorro, tipo eu tenho problema na coluna, tenho pressão alta e algumas coisas e eu não tenho nem tempo de correr com outras coisas” (M03)

Já o M02 afirma que “as pessoas precisam contribuir também, as vezes tem um projeto no qual dependem mais das pessoas que moram e que precisam conservar, que precisam participar e que precisa entender, do que do próprio bairro em si.” E vai além, dizendo que é falta de conhecimento “do que continha no plano do bairro, no momento e não participamos de reuniões. Então, foi falta de informações.”

De acordo com Maricato (2015), o Brasil, que é um país emergente, viu o número da população de áreas urbanas crescer rapidamente, gerando inúmeros problemas pela falta de planejamento. Por isso, existe uma dualidade entre a cidade legal, ou seja, “obediência à lei, exigências urbanísticas e de acesso aos benefícios

urbanos; e a cidade real, constituída de loteamentos irregulares e desequipados, da precariedade das favelas, cortiços, ocupações e dos moradores de rua”. (VERÁS, 2018, posição 476). Na figura 22, vemos um exemplo dessa população, vivendo nas franjas de um bairro de subúrbio, em desacordo com as leis e, principalmente, destituída do direito à cidade.

Figura 22 – Ocupações irregulares no bairro



Fonte: Acervo próprio

Na figura 22, é notória ocupação irregular e a precariedade em que essa população vive. É difícil compreender como essas pessoas não têm interesse em frequentar as reuniões e eventos que poderiam melhorar suas vidas. Por outro lado, é difícil pensar em acusar a essa população a responsabilidade sobre essa questão, tendo em vista as condições terríveis em que se encontra, marcadas pela exclusão, e que se refletem em sua péssima qualidade de vida e moradia, bem como em seu desconhecimento a respeito de seus direitos fundamentais.

Do ponto de vista da gestão democrática da cidade, a grande contribuição que um Plano de Bairro pode fornecer, e o do Lapenna caminha nessa direção, é de qualificar a relação entre a população, os agentes e os atores políticos locais na sua

mediação com agentes que fazem a política pública formal. Então, por exemplo: a relação com vereadores e a relação com o poder executivo, a partir do momento que você constrói um cardápio de ações, que você consegue priorizar (P01).

Pode inverter um pouco o jogo que é mais ou menos comum na produção do espaço urbano, que é um jogo que tem uma marca mais clientelista, sendo assim: a partir de um conjunto de ações em que o executivo e o legislativo percebem ser mais viáveis eles chegam nos territórios para oferecer essas ações (P01).

Ainda, o P01 afirma que o desafio é conseguir o equilíbrio entre os territórios periféricos da cidade, a distribuição de recursos públicos e sob quais critérios. Um salto precisa ser dado, a visão do todo mais ampla que a visão do bairro:

“ [...] como o conselho participativo municipal, como os próprios vereadores, como o poder executivo principal eles têm que dar um pouco mais de parâmetro para que esses territórios pensem nas suas intervenções” (P01).

Com o canal aberto direto com a população, com os planos de bairro, só é possível que os agentes públicos consigam priorizar as regiões da cidade que estão piores. É priorizar dentro da prioridade, olhar para quem está precisando mais. Esse movimento ainda está em implementação no planejamento territorial da cidade de São Paulo (P01).

Na visão da F01 é que existe realmente:

“ [...] esse desafio da mobilização, mas eu não o vejo como principal, por incrível que pareça. Na questão do Plano de Bairro o nosso desafio principal foi com poder público, que não sabia o passo a passo e não entendia o que era o Plano de Bairro muitas vezes”.

Uma questão que precisa ser comentada é o fato de que, tanto para Fundação Tide Setubal quanto para a Fundação Getúlio Vargas, envolver a população local seja com eventos, seja com reuniões, seja com as crianças da escola, já era um ponto favorável. Fazer com que a população local conheça o Plano de Bairro, mesmo que a participação seja pequena.

Os moradores compreendem que há burocracias a serem seguidas até que seus pedidos sejam atendidos. O M02 acredita “algumas coisas demoram” porque dependem de fatores externos. Já a M01 cita algumas mudanças já trazidas pelo poder público por meio do Plano de Bairro, como instalação de energia elétrica pela ENEL, creche e posto de saúde.

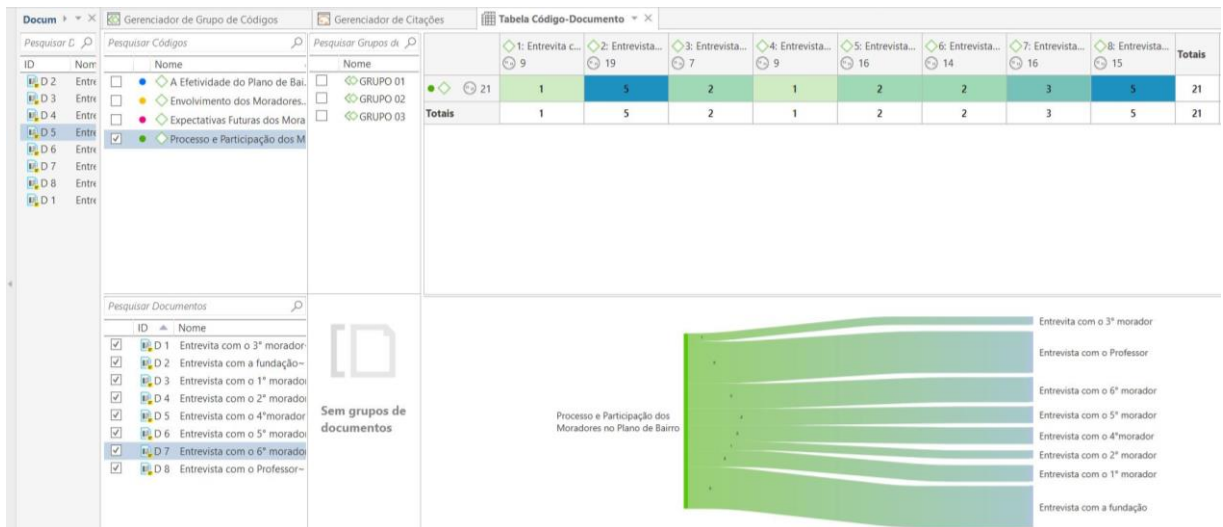
A M06, ao ser entrevistada, diz perceber que as pessoas estão apoiando o Plano de Bairro e não só da comunidade, vem apoio do poder público também. Os moradores do bairro percebendo seus direitos, acabaram por se envolver mais e também cobrar mais.

É notório que não há condições de desenvolvimento em áreas pobres, por isso é essencial tratar da relação entre espaço e identidade, pois implica em atribuir relevância sociológica à capacidade que as práticas sociais têm de constituírem sentimentos de pertencimento e relações de enraizamento que se configuram espacialmente. (MARZULOS, 2005)

O fato de existir uma pequena parcela da população que frequenta os eventos e reuniões do Plano de Bairro faz dele um instrumento muito mais rico para a produção do espaço urbano, para as Fundações envolvidas, a participação da população foi satisfatória, pois existiu a participação, mesmo que pequena. Mas de certa forma, a participação popular dos entrevistados na elaboração e aplicação do plano de bairro do Jardim Lapenna pode-se considerar insatisfatória, pois conforme visto, a população, apesar de se interessar pelo assunto e gostar do movimento que o plano traz para o bairro, não participa, em sua maioria, por conta de problemas e/ou compromissos pessoais.

Dessa forma, se a população, mesmo quando entusiasmada com o assunto, não demonstra empenho em participar e, de certa forma, até incentiva os vizinhos a frequentarem as reuniões. Mas ao serem questionados especificamente sobre sua participação, as questões pessoais se sobressaíram em relação aos problemas genéricos do bairro. A figura 23 ilustra o resumo das entrevistas a respeito das percepções e significados dos entrevistados relativos ao plano de bairro. Foram 22 (vinte e duas) citações relacionadas ao tema.

Figura 23 - Entrevistas sobre o processo de participação



Fonte: Atlas ti, Desenvolvimento próprio

Na metodologia, foram previstas as perguntas, separadas em 04 (quarto) blocos diferentes. A figura 23 representa, com a ajuda do software Atlas Ti, a quantidade de resultados que foram extraídos das entrevistas e relacionados ao tema do bloco 03 (três) de perguntas, que formam que visa captar as percepções e os significados que os Moradores do Jardim Lapenna atribuem ao Plano de Bairro.

5. CONCLUSÃO

Os planos de bairros são exemplo de projeto participativo no Brasil que surgiram a partir dos estudos do arquiteto Candido Malta da FAU-USP e foram implantados como anexo ao plano diretor municipal do estado de São Paulo. Trata-se de um instrumento para planejar o bairro na escala local, cujo objetivo é reunir as demandas do bairro e a partir delas desenvolver uma estratégia de transformação com iniciativa da sociedade civil e com a participação do poder público e do setor privado.

Inserir-se nesta discussão o Plano de Bairro do Jardim Lapenna, localizado no Distrito de São Miguel, Zona Leste do Município de São Paulo. Sendo o Jardim Lapenna, o primeiro a ter um Plano de Bairro em fase de implementação no município de São Paulo, criado pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Tide Setúbal.

Conforme explica Candido Malta, os Planos de Bairro devem ser feitos levando em consideração o mercado imobiliário, os planos de transporte, habitação, uso do solo e todos os itens do art. 351 do Plano Diretor de São Paulo. Caso contrário, não são elaborados de forma adequada, principalmente se não houver qualidade técnica e orientação, simplesmente os Planos poderão ficar tão “capengas” e não serão úteis à população, gerando desaprovação em massa (MALTA, 2003). O projeto é muito eficiente, pois trouxe grandes inovações em termos de regulação de ordenamento territorial, mas ele ainda não foi capaz de ajudar a estruturar um processo de planejamento programático ou planejar o investimento público nessas áreas, ou ainda trazer engajamento social para pensar o processo participativo e incidir sobre orçamento público.

Um dos principais desafios a respeito da aplicação do Plano se deu com poder público, que não sabia o passo a passo e muitas vezes nem entendia do que se tratava. A questão foi que, a inserção da lei foi idealizada e realizada no plano diretor por uma gestão e quando muda de gestão a seguinte não sabe como prosseguir.

Dessa forma, para a elaboração do trabalho, foram entrevistadas 06 (seis) pessoas moradoras do bairro, com certa dificuldade por consequência da pandemia, isso porque a comunicação pessoal prevista não pôde ser cumprida por causa da quarentena e a comunicação por telefone e/ou via internet acabou mostrando-se como um seletor de entrevistados.

Apesar do conhecimento sobre o Plano de Bairro por parte dos moradores, a participação efetiva se mostrou de baixa adesão. Somente metade dos entrevistados frequentaram em algum momento os eventos e reuniões. E mesmo com a possível empolgação dos entrevistados e promessas por participação quando acabar a pandemia, restou difícil visualização da conversão real de moradores em participantes ativos no projeto.

O Plano de Bairro é um instrumento com grande potencial, pois traz a possibilidade de visão para estruturar o desenvolvimento local, incorporando algo que o sistema de planejamento urbano na cidade ainda não consegue realizar. É necessário maior empenho por parte dos moradores, mas não somente deles.

Os responsáveis pelo Plano de Bairro podem criar dinâmicas que envolvam toda a família, isto é, dar a devida importância e repensar a metodologia que está sendo abordada para atrair os moradores a participarem.

A iniciativa de criação do Plano de Bairro e a experiência de implantação, conforme estudo e depois comprovado pelas entrevistas, está sendo inovadora. Uma ferramenta de planejamento urbano que trabalha a escala do bairro e tem como princípios a participação popular é uma receita de muito sucesso. O fato de ser uma implantação pioneira traz muitas dificuldades, pois faltam vivências e conhecimentos de todos a respeito do tema. Apesar da participação popular ter sido insuficiente, o fato de ter existido, na forma apresentada, torna a iniciativa do Plano de Bairro positiva, contribuindo assim para a construção de um espaço que está sendo planejado de forma mais democrática.

BIBLIOGRAFIA

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro – sergipe (1750 – 1831)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ARCARO, Rosevane; GONÇALVES, Teresinha Maria. **Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo demoradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina**. Curitiba, v. 1, n. 25, p. 38-63, mar. 2012.

BARDIN, Laurence. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977. Análise de conteúdo. SP: Edições 70, 2011

BARBOSA, Jorge. **Espaço e democracia na conquista política de direitos**. Prof. Dr. Jorge Barbosa (Geografia/UFF) Palestra II colóquio do Nugea, 2016.

BROWNE, Ana Paula Goyos. **Direito à cidade e espaços públicos democráticos** Conteúdo Jurídico.

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento**. A questão social do Novo Milênio – VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Setembro de 2004.

CANO, Wilson. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.13, n.2, 2011.

CARDOSO, Diogo; CURA, Sara; VIANA, Willian; QUEIROZ, Luiz; COSTA, Maria. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Got - Journal Of Geography And Spatial Planning**, [S.L.], v. 1, n. 11, p. 83-97, 30 jun. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandre (Ed). **Crise Urbana**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, Fatima de Jesus Maciel. **Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das percepções dos moradores do bairro social do Sobreiro**. Universidade do Porto; Mestrado em Ciências da Educação, 2018.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; RODRIGUES, Ana Lúcia. Da tecnocracia à participação popular: a institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano

em maringá, PARANÁ, BRASIL. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 331, ago. 2010.

Dicionário Michaelis. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/democrACIA/>>.

FERNANDES, Edésio. **Política urbana na constituição federal de 1988 e além: implementando a agenda da reforma urbana no brasil**. Publicado em 15/05/2013.

FREITAS, João Paulo Ocke de. **Os mecanismos de democracia direta e os movimentos sociais: considerações sobre o aperfeiçoamento da cultura política**. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2012, vol. 4, n. 6, Jan.-Jun. p. 75-99.

FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. **Rac-Eletrônica**, [s. /], v. 1, n. 1, p. 136-150, abr. 2007.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2ª ed. São Paulo; Perspectiva, 2013.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

HARARI, LIVRO SAPIENS 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Revista UFRGS PETGEA, 2004.

PIEROT, Roselane Moita; LIMA, Antônia Jesuíta de. **Reflexões sobre planejamento e crise urbana no brasil**. UFPI XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de maio de 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo; Centauro Editora, 2008.

LEITE, Carlos; LEVY, Lson. Cidades inteligentes: Interação, democracia e governança urbanas. Interaction, democracy and urban governance: an essay on the concept of smart cities. **Vitruvius**, [s. /], v. 237, n. 1, p. 1-2, fev. 2020.

MALTA, Candido. **Reinvente a seu bairro**. 1ª Ed. Editora 34, São Paulo. 2003.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003.

MARZULOS, Eber Pires. **Espaço dos Pobres**: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araújo. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MASCARÓ, Lucia; FREITAS, Rusquin Marinho de. **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2008.

NASCIMENTO, Eduardo Santos. **História da Zona Leste segue os passos da indústria paulista**. Ano: 43 - Edição Nº: 58 - Sociedade - Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo 2010.

PLANO DE BAIRRO JARDIM LAPENNA: Rota para um território de direitos. DIREITO SP. EAESP. EESP. CEPESP. O bairro: uma Ilha. DIREITO SP. São Paulo, 2019.

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010*. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 18, n. 35, p. 75-100, jun. 2016.

QUARESMA, Cristiano Capellani *et al.* A crise de mobilidade urbana brasileira e seus antecedentes socioespaciais. KNISS, C. T. e MACCARI, E. A. (Orgs.). **Cidades Inteligentes e Sustentáveis**. Barueri, SP: Manole, 2017.

QUEIROZ, I. S.; SANTOS, L. C. Desenvolvimento local a partir da participação comunitária. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 84-96, abr. 2016.

REBOUÇAS, Thaís de Miranda; MANZI, Maya; MOURAD, Laila Nazem. Experiências de planos de bairro no Nordeste brasileiro: articulando planejamento insurgente e direito à cidade. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 855-878, dez. 2019.

RUIZ, A. T.; Almeida, M. V. **Políticas públicas e participação social: o caso do plano de bairro do jardim lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos**. São Paulo, 2020.

SILVA, Michelle Nascimento da. Identidade, Pertencimento e Sociabilidade no espaço urbano: observações sobre a percepção dos usuários do bairro cidade baixa em porto alegre. **Iluminuras**, [S.L.], v. 14, n. 34, p. 194-210, 28 dez. 2013.

UGEDA JÚNIOR, José Carlos. PLANEJAMENTO DA PAISAGEM E PLANEJAMENTO URBANO: REFLEXÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 17, n. 1, p. 101-106, jan/jun. 2014.

MONTE, Vanderlei Fabiano Gonçalves do *et al.* ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO NOVO URBANISMO E DO BAIRRO PEDRA BRANCA/SC – BRASIL PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE MOBILIDADE URBANA. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 270-294, jun. 2018.

VENTURA, Thaísa Folgosi Fróes. **Interface entre espaço público e privado: a influência da legislação na produção do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP. Orientador: Eduardo Alberto Cusce Nobre; São Paulo, 2016.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Desigualdades Urbanas, Segregação, Alteridade e Tensões em Cidades Brasileiras**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

VIALLI, Andrea. Articulação, palavra-chave. **Página 22**, São Paulo, n. 107, p. 32-36, jul. 2017.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011.

ANEXO 1 - PERGUNTAS AOS MORADORES

Bloco 1:

- 1) Qual a sua idade, sexo e estado civil?
- 2) Quantas pessoas moram na sua casa e qual o seu vínculo com as mesmas?
- 3) Qual o seu grau de instrução e dos demais moradores da sua casa?
- 4) Alguém da sua casa possui algum tipo de deficiência?
- 5) Há quanto tempo vocês moram no bairro do Jardim Lapenna?
- 6) Sua casa é alugada ou é própria?
- 7) Você e os demais moradores da sua casa trabalham ou estudam no bairro?
- 8) Qual o seu principal meio de locomoção, quando sai do bairro?

Bloco 02:

- 1) Porque vocês decidiram morar no bairro do Jardim Lapenna?
- 2) Quais os motivos para você e sua família continuarem morando no Bairro?
- 3) Na sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos do bairro? Todos da sua casa concordam com essa opinião?
- 4) Como você e sua família avaliam a vida no bairro? Quais são as suas expectativas para o futuro?
- 5) Se vocês pudessem mudar do Bairro, vocês mudariam? Por que?
- 6) Vocês se sentem parte do desenvolvimento do bairro, ou seja, que a presença de vocês é importante para que o bairro cresça e se desenvolva de forma saudável? Porquê?

Bloco 03:

- 1) O que você sabe sobre o plano de bairro do Jardim Lapenna??
- 2) Na sua opinião e da sua família, que melhorias o Plano do Jardim Lapenna trouxe para o Bairro?

- 3) Que expectativas vocês têm sobre os impactos futuros do Plano de Bairro para a vida de vocês no Jardim Lapenna?

Bloco 04:

- 1) Você, ou alguém da sua casa, participou de alguma reunião, audiência ou evento nos quais se discutiu as propostas de melhorias do Plano de Bairro para o Jardim Lapenna?
Se sim, como se deu a sua participação e Como vocês avaliam esses eventos?
Se não, vocês tentaram/quiseram participar destas reuniões? Se sim, o que os impediram?
- 2) Você conhece alguém da vizinhança que participou desses eventos? Se sim, você saberia a opinião deles a respeito?
- 3) De maneira geral, você acha que você ou que a sua família foi ouvida por aqueles que elaboraram o Plano de Bairro?
- 4) Que melhorias você sugere para o bairro e que você gostaria que fossem aplicadas no Plano de Bairro?

ANEXO 2- PERGUNTAS PARA A FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL

Bloco 1:

- 1) Há quanto tempo você trabalha na Fundação Tide Setubal?
- 2) Qual é o seu cargo atual na Fundação Tide Setubal? Há quanto tempo você atua neste cargo?
- 3) Qual é a sua formação?
- 4) Você reside no Bairro? Tem familiares que residem no Bairro? Tem amigos no Bairro?
- 5) Qual o seu principal meio de locomoção, para chegar no trabalho?

Bloco 02:

- 1) Porque você decidiu trabalhar no bairro do Jardim Lapenna?
- 2) Qual era seu envolvimento com o bairro antes de trabalhar na fundação Tide Setubal?
- 3) Você gosta de trabalhar no Bairro? Porque?
- 4) Na sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos do bairro?

Bloco 03:

- 1) O que você poderia dizer sobre o plano de bairro do Jardim Lapenna?
- 2) Que melhorias o Plano de Bairro trouxe para o Jardim Lapenna?
- 3) Que expectativas você tem sobre os impactos futuros do Plano de Bairro para a vida dos moradores do Lapenna?

Bloco 04:

- 1) Você participou de alguma reunião, audiência ou evento nos quais se discutiu as propostas de melhorias do Plano de Bairro para o Jardim Lapenna junto à população local?

Se sim, Como se deu a sua participação e Como você avalia esses eventos?

- 2) Quais foram os instrumentos de participação utilizados para fins de garantir a participação popular na elaboração do Plano de Bairro? Como você avalia estes instrumentos?
- 3) Quais foram os desafios encontrados pela Fundação na aplicação dos instrumentos de participação?
- 4) Como você avalia a participação da população nas reuniões, audiências ou eventos nos quais se discutiram propostas de melhorias para o bairro?
- 5) Como você acha que poderia melhorar a qualidade da comunicação entre a fundação e os moradores?
- 6) Você considera satisfatória a forma como está se dando a aplicação do plano de bairro?
- 7) Na sua opinião a participação popular está sendo levada em conta durante o processo de planejamento e agora de aplicação do plano?
- 8) Como que o Plano de Bairro e os instrumentos de Participação utilizados no mesmo contribuíram para a produção democrática do espaço urbano no Jardim Lapenna?

ANEXO 3 - PERGUNTAS PARA O PROFESSOR

Bloco 1:

- 1) Qual é a sua formação?
- 2) Que relações existem entre seus projetos de pesquisa, ou entre outras atividades das quais participou/participa, e a temática de instrumentos de participação popular e projetos de intervenção urbana?

Bloco 02:

- 3) Levando-se em conta o Jardim Lapenna, quais seriam, na sua opinião, os pontos positivos e negativos do Bairro?
- 4) Você já realizou atividades de pesquisa e/ou atividades de consultoria técnica no Jardim Lapenna? Se sim, você poderia falar a respeito? Quando e como se deu o seu envolvimento? Que atividades você desenvolveu ou desenvolve junto ao Bairro?

Bloco 03:

- 5) O que você poderia dizer sobre planos de bairro?
- 6) O que você poderia dizer sobre o Plano de Bairro do Jardim Lapenna?
- 7) Com base em seus conhecimentos, que paralelo poderia ser traçado entre o Plano de Bairro do Jardim Lapenna e outros projetos de intervenção urbana de outras localidades do Brasil e do Mundo?
- 8) Que melhorias o Plano de Bairro trouxe para o Jardim Lapenna?
- 9) Que expectativas você tem sobre os impactos futuros do Plano de Bairro para a vida dos moradores do Lapenna?

Bloco 04:

- 10) Você participou de alguma reunião, audiência ou evento nos quais se discutiram as propostas de melhorias do Plano de Bairro para o Jardim Lapenna junto à população local?
- a. Se sim, Como se deu a sua participação e Como você avalia esses eventos?
 - b. Se não participou diretamente, o que sabe a respeito?
- 11) Você teria conhecimento a respeito dos instrumentos de participação que foram utilizados na elaboração do Plano de Bairro do Lapenna? Como você avalia estes instrumentos?
- 12) Levando-se em conta estes instrumentos, que desafios você identifica na aplicação dos mesmos junto à população? Caso você tenha identificado desafios, na sua opinião, como estes desafios poderiam ser superados?
- 13) Como você avalia a participação da população nas reuniões, audiências ou eventos nos quais se discutiram propostas de melhorias para o bairro?
- 14) Como você acha que poderia melhorar a qualidade da comunicação entre a Fundação e os moradores do Bairro?
- 15) O Plano de Bairro do Jardim Lapenna e a produção democrática do espaço urbano”. Considerando esta frase e com base em seus conhecimentos, que considerações você poderia fazer a respeito? Seria possível dizer que o Plano de Bairro está contribuindo ou contribuirá para a produção de um espaço urbano mais justo e democrático? Quais os potenciais e os desafios que você identifica? E quais seriam os meios para superar estes desafios?

ANEXO 4 – IMAGENS DA CATEGORIZAÇÕES – ATLAS TI

Figura 24 - Códigos categorizados

Código		Gerenciador de Citações				
Nome	Códigos	Pesquisar Citações				
● A Efetiv	● A Efetividade do Plano de Bairro do Jardim Lapenna (22-0)	Mostrar citações codificadas com A Efetividade do Plano de Bairro do Jardim Lapenna				
● Envolvim	● Envolvimento dos Moradores com o Bairro (24-0)	ID	Referência Nome Conteúdo de Texto Documento Densidade Códigos			
● Expectat	● Expectativas Futuras dos Moradores (16-0)	1:1	p 1 Sim, eu tenho um com autismo de dezessete anos e tem o de vinte anos q	Entrevista com o 3º morador	1	[A Efetiv
● Processo	● Processo e Participação dos Moradores no Plano de Bairro	1:6	p 4 tinha muita enchente na rua, que o pessoal chama de rua dos Marianos	Entrevista com o 3º morador	1	[A Efetiv
		1:9	p 5 que eu fiz alguns pedidos não, porque assim como eu te falei a minha	Entrevista com o 3º morador	1	[A Efetiv
		2:8	pp 3 – 4 Que foi um movimento bem transformador. Porque eu acompanhei de...	Entrevista com a fundação	1	[A Efetiv
		2:9	p 4 As primeiras melhorias foram os espaços de convivência, então assim a	Entrevista com a fundação	1	[A Efetiv
		2:...	p 8 Supre satisfatória não. Porque, a gente que concorrer com outros orç	Entrevista com a fundação	1	[A Efetiv
		2:...	pp 8 – 9 Eu acho que contribuí, pois quando a gente fala de planejamento urba	Entrevista com a fundação	1	[A Efetiv
		3:5	p 4 aqui a gente que aterrar bastante; porque a gente sofria bastante aq	Entrevista com o 1º mora...	1	[A Efetiv
		3:7	p 5 Então, uma foi a ENEL e muitas coisas assim foi: a creche, o posto de	Entrevista com o 1º mora...	1	[A Efetiv
		4:9	p 5 Olha, a gente tinha problema com iluminação, que já foi realizado e ho	Entrevista com o 2º mora...	1	[A Efetiv
		5:2	p 3 estamos fazendo um abaixo assinado para nós trazemos uma linha de...	Entrevista com o 4º morad...	1	[A Efetiv
		5:...	pp 5 – 6 foi lançado no grupo uma rua, a pracinha, aqui que estava precisando	Entrevista com o 4º morad...	1	[A Efetiv
		5:...	p 7 eu fiquei sabendo de uma reunião aqui do Eco Ponto, que foi o lançam	Entrevista com o 4º morad...	2	[A Efetiv
		5:...	p 8 Ainda não. Temos um trabalho aqui dentro que está sendo feito pelo M	Entrevista com o 4º morad...	2	[A Efetiv
		5:...	p 9 se tivesse o poder público que olhasse um pouco para cá, poderia con	Entrevista com o 4º morad...	1	[A Efetiv
		6:7	p 4 eles trabalham em benefício da comunidade né, melhorias, tanto de asf	Entrevista com o 5º mora...	1	[A Efetiv
		6:...	pp 6 – 7 Eu acho que a minha rua ficou um pouco esquecida por não ter morador	Entrevista com o 5º mora...	2	[A Efetiv
		7:...	pp 4 – 5 Pelo o que eu comecei a pesquisar sobre o Plano de Bairro, que é muita	Entrevista com o 6º mora...	1	[A Efetiv
		7:...	p 6 Sim. Acredito que sim.	Entrevista com o 6º mora...	1	[A Efetiv
		8:9	pp 3 – 4 o Plano de Bairro do Jardim Lapenna ele traz como um aporte interess	Entrevista com o Professor	1	[A Efetiv
		8:...	p 4 Então, acho que vão ser aspectos muitos positivos por bem estar das pe	Entrevista com o Professor	1	[A Efetiv
		8:...	p 7 Olha eu acho que do ponto de vista da gestão democrática da cidade, a	Entrevista com o Professor	1	[A Efetiv

Fonte: Atlas Ti, Desenvolvimento próprio

Figura 25 - Códigos categorizados

Código		Gerenciador de Citações		Pesquisar Citações				
Pesquisar C		Pesquisar Códigos		Mostrar citações codificadas com Envolvimento dos Moradores com o Bairro				
Nome	Códigos	ID	Referência	Nome	Conteúdo de Texto	Documento	Densidade	Códigos
● A Efetiv	● A Efetividade do Plano de Bairro do Jardim Lapenna (22-0)	1:4	p 3		eu até tento manter na limpeza.	Entrevita com o 3º morador	1	[Envolv
● Envolv	● Envolvimento dos Moradores com o Bairro (24-0)	1:8	p 5		Eu sou sempre convidada, mas eu nunca cheguei a participar.	Entrevita com o 3º morador	1	[Envolv
● Expectat	● Expectativas Futuras dos Moradores (16-0)	2:4	p 2		eu comecei a perceber e repensar o Plano de Bairro e foi a partir de	Entrevista com a fundação	1	[Envolv
● Processo	● Processo e Participação dos Moradores no Plano de Bairro	2:6	p 3		Negativo: tinha muita gente trabalhando muito, a questão do isoladam	Entrevista com a fundação	1	[Envolv
		2:7	p 3		E na questão de mobilização eu acho mais fácil do que onde eu moro. P	Entrevista com a fundação	1	[Envolv
		3:1	p 1		Foi a gente, que fundou aqui a favela, como os primeiros moradores.	Entrevista com o 1º mora...	1	[Envolv
		4:1	p 2		oportunidade eu ainda não tive de comprar uma casa nova. Então, eu mo	Entrevista com o 2º mora...	1	[Envolv
		4:2	p 2		Em relação ao bairro, independentemente de ser periferia é um bairro	Entrevista com o 2º mora...	1	[Envolv
		4:4	p 3		Sim. Porque nós somos cidadãos atuantes, a gente vê as coisas do bairr	Entrevista com o 2º mora...	1	[Envolv
		4:8	p 5		Não. Eu não fiquei sabendo,	Entrevista com o 2º mora...	1	[Envolv
		5:1	p 2		sou a presidente do grupo das Guardiãs aqui do território, né. E nós	Entrevista com o 4º morad...	1	[Envolv
		5:3	p 3		nós gostamos aqui do bairro, fica próximo ao cento de São Miguel, fi	Entrevista com o 4º morad...	1	[Envolv
		5:8	p 5		eu assim na verdade eu não queria mudar de bairro.	Entrevista com o 4º morad...	1	[Envolv
		5:9	p 5		com certeza eu faço minha parte. A gente tenta educar mais aqui, pri	Entrevista com o 4º morad...	1	[Envolv
		5:...	p 7		eu fiquei sabendo de uma reunião aqui do Eco Ponto, que foi o lançam	Entrevista com o 4º morad...	2	[A Efetivi
		5:...	p 8		Ainda não. Temos um trabalho aqui dentro que está sendo feito pelo M	Entrevista com o 4º morad...	2	[A Efetivi
		6:2	p 2		aqui é nosso né, e eu gosto muito e morar aqui.	Entrevista com o 5º mora...	1	[Envolv
		6:3	p 2		eu tenho quase tudo perto né, é, mercado, açougue, escola, condução, é	Entrevista com o 5º mora...	1	[Envolv
		6:6	p 4		é. Porque se todo mundo for correr atrás dos direitos da gente, o bai	Entrevista com o 5º mora...	1	[Envolv
		6:...	pp 6-7		Eu acho que a minha rua ficou um pouco esquecida por não ter morador	Entrevista com o 5º mora...	2	[A Efetivi
		7:5	p 3		a gente já criou um afeto por aqui e pelas pessoas e paramos de olha	Entrevista com o 6º mora...	1	[Envolv
		7:...	p 4		Sim, me sinto e acho que é um sentimento que todos deveria sentir, por	Entrevista com o 6º mora...	1	[Envolv

Fonte: Atlas Ti, Desenvolvimento próprio

Figura 26 - Códigos categorizados

Gerenciador de Citações

Pesquisar Códigos

Pesquisar Citações

Mostrar citações codificadas com **Expectativas Futuras dos Moradores**

ID	Referência	Nome	Conteúdo de Texto	Documento	Densidade	Códigos
1:7	p 4		Então, eu acredito que voltando, acabando o negócio da pandemia e tu...	Entrevista com o 3º morador	1	[Expectati
1...	p 5		Eu não sei se cabe ao Plano de Bairro, mas, seria interessante aqui na	Entrevista com o 3º morador	1	[Expectati
2...	p 5		a gente conseguir trazer as soluções dos problemas que o Plano de Ba	Entrevista com a fundação	1	[Expectati
3:4	p 4		o que a gente precisa é de uma rede de esgoto, um afasto, alguma coi	Entrevista com o 1º mora...	1	[Expectati
4:7	p 4		futuramente as famílias serão beneficiadas de alguma forma, até pelo	Entrevista com o 2º mora...	1	[Expectati
4...	p 5		a questão de infraestrutura. Porque assim, nas casas a gente precisa	Entrevista com o 2º mora...	1	[Expectati
5:7	pp 4-5		Minha expectativa aqui, é o comercio seja fortalecido dentro aqui do n	Entrevista com o 4ºmorad...	1	[Expectati
5...	p 8		Então, seria esse wi-fi aqui e também a melhorias nas ruas, né.	Entrevista com o 4ºmorad...	1	[Expectati
6:5	p 3		aqui na minha rua né, ela não é asfaltada né, não temos saneamento bás	Entrevista com o 5º mora...	1	[Expectati
6:8	p 5		as guardiãs estão correndo atrás, de uma linha de ônibus pra cá pra V	Entrevista com o 5º mora...	1	[Expectati
6:9	p 5		Eu acho que só a linha de ônibus e o aqui para poder asfaltar aqui né,	Entrevista com o 5º mora...	1	[Expectati
6...	p 7		é o asfalto que está precisando aqui, o esgoto, aqui, a parte da cole	Entrevista com o 5º mora...	1	[Expectati
7:7	p 3		A expectativa é: zero enchentes, ruas com asfalto, calçadas nas ruas e	Entrevista com o 6º mora...	1	[Expectati
7:8	p 4		Os pontos positivos são que as pessoas, nem todas eu não estou falando	Entrevista com o 6º mora...	1	[Expectati
7...	p 5		Porque as nossas praças estão cambadinhas. Então, é uma coisa que a ge	Entrevista com o 6º mora...	1	[Expectati
7...	pp 6-7		Eu sugiro que façam mais verde, que façam mais micro drenagens e arr	Entrevista com o 6º mora...	1	[Expectati

Fonte: Atlas Ti, Desenvolvimento próprio

Figura 27 - Códigos categorizados

Código		Gerenciador de Citações		Pesquisar Citações				
Pesquisar C		Pesquisar Códigos		Mostrar citações codificadas com Processo e Participação dos Moradores no Plano de Bairro				
Nome	Códigos	ID	Referência	Nome	Conteúdo de Texto	Documento	Densidade	Códigos
● A Efetiv	● A Efetividade do Plano de Bairro do Jardim Lapenna {22-0}	1:5	p 4		eu não tenho muito tempo de acompanhar.	Entrevista com o 3º morador		1 [Process
● Envolvim	● Envolvimento dos Moradores com o Bairro {24-0}	2...	p 6		a gente usou basicamente oficinas participativas, então a gente semp	Entrevista com a fundação		1 [Process
● Expectat	● Expectativas Futuras dos Moradores {16-0}	2...	p 6		então eles não só participaram da oficina. E tinha esse grupo do col	Entrevista com a fundação		1 [Process
● Processo	● Processo e Participação dos Moradores no Plano de Bairro	2...	p 7		Eu vejo como bem positivo, pois acho que foi isso uma construção con	Entrevista com a fundação		1 [Process
		2...	p 7		É, todo mundo que "ser pai do negócio	Entrevista com a fundação		1 [Process
		2...	p 8		Então, ela está. Porém, está diferente pois está tudo online e online	Entrevista com a fundação		1 [Process
		3:2	p 6		Eram poucos o que iram.	Entrevista com o 1º mora...		1 [Process
		3:6	p 4		Sempre estamos conversando, sempre estamos dando uma arrumada...	Entrevista com o 1º mora...		1 [Process
		4:5	p 3		Plano de Bairro, que envolve famílias cadastradas, que envolve a ques	Entrevista com o 2º mora...		1 [Process
		5...	p 5		o que eu sei sobre o Plano de Bairro, é que nós como Guardiãs nós so	Entrevista com o 4º morad...		1 [Process
		5...	p 6		Não. Ainda não, porque faz pouco tempo que eu comecei a participar do	Entrevista com o 4º morad...		1 [Process
		6...	p 5		Uma vez eu fui, mas uma vez só que eu consegui ir, depois eu não conse	Entrevista com o 5º mora...		1 [Process
		6...	p 6		Eu acho que, citou 6/7 nomes de vizinhos, aqui no meu meio são poucos,	Entrevista com o 5º mora...		1 [Process
		7...	p 5		Mais pessoas apoiando o Plano de Bairro, mais pessoas lutando e brigam	Entrevista com o 6º mora...		1 [Process
		7...	p 5		Eu já participei de reuniões aqui no bairro mesmo. Mas, nunca fui para	Entrevista com o 6º mora...		1 [Process
		7...	p 6		Então, inicialmente eu participei mais na escuta, mas aí teve uma que	Entrevista com o 6º mora...		1 [Process
		8:6	p 2		a gente tinha como proposta usar o planejamento territorial e o Plano	Entrevista com o Professor		1 [Process
		8:7	p 2		Plano de Bairro eu acho que é um instrumento com grande potencial, p	Entrevista com o Professor		1 [Process
		8...	p 6		Eu acho, que foi satisfatória. É que assim, o que eu considero satisfa	Entrevista com o Professor		1 [Process
		8...	pp 6-7		Olha eu acho que temos sempre que testar novos formatos, então pensar	Entrevista com o Professor		1 [Process
		8...	p 7		Acho que ela foi tranquila, ela foi executada e bem realizada.	Entrevista com o Professor		1 [Process

Fonte: Atlas Ti, Desenvolvimento próprio

ANEXO 5

Facebook Plano de Bairro Jardim Lapenna

Plano de Bairro Jardim Lapenna
@planodebairroterritorialapenna - Comunidade

Enviar mensagem

Página inicial Eventos Avaliações **Sobre** Mais ▾

Curtir 🔍 ⋮

GERAL

- 👍 485 pessoas curtiram isso
- 👤 510 pessoas estão seguindo isso
- 🏠 Comunidade

INFORMAÇÕES DE CONTATO ADICIONAIS

- 🌐 <https://planodebairrojardimlapenna.wordpress.com/>
- ✉ planodebairrojardimlapenna@gmail.com
- ✉ Enviar mensagem

Foto: printscreen de tela – Bruna Urbini, 07 março 2021.
Descrição Facebook Plano de Bairro Jardim Lapenna.

MAIS INFORMAÇÕES

1 Sobre

Moradores do Jardim Lapenna estão construindo o primeiro plano de bairro participativo da várzea do Rio Tietê

1 Informações adicionais

Moradores do Jardim Lapenna e um colegiado formado por instituições locais, ao lado da Fundação Tide Setubal e da FGV São Paulo, estão construindo o primeiro Plano de Bairro Participativo da Várzea do Rio Tietê, que será lançado no dia 10 de junho.

As propostas serão criadas a partir de oficinas com a comunidade e com o colegiado local, para posteriormente serem apresentadas à prefeitura, que pode editar um decreto que reconheça o Plano de Bairro Participativo da Várzea do Tietê como uma ferramenta para o plano diretor da cidade de São Paulo, uma iniciativa inédita na capital.

Formam o colegiado

- CCA – Centro da Criança e do Adolescente;
- PAVS – Programa Ambientes Verdes e Saudáveis;
- Sociedade Amigos do Jardim Lapenna;
- Fundação Getúlio Vargas;
- Fundação Tide Setubal;
- Creche Lapenna Mutirão;
- Creche Lapenna 1 – Juruoca;
- Conselho Gestor da UBS;
- UBS – Jd Lapenna;
- SOS Lapenna

O Plano de Bairro Participativo pode propor microdecisões urbanísticas para as áreas de iluminação, segurança, pavimentação, ciclovia, pontos de ônibus, micro drenagem, dentre outros pontos de infraestrutura.
Ver menos

Foto: print screen de tela – Bruna Urbini, 07 março 2021